



Demonstrações
financeiras
2024

Companhia Distribuidora de Gás
do Rio de Janeiro – CEG

Naturgy 





Informe anual
2024

Demonstrações financeiras

Naturgy 

● Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais)

Ativo	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	412.397	516.965
Contas a receber de clientes (Nota 7)	703.926	671.855
Estoques	7.882	8.857
Tributos a recuperar (Nota 8)	7.028	2.837
Cessão de crédito	2.075	1.699
Crédito aquisição de gás (Nota 25.1)	52.801	-
Outras contas a receber	17.193	10.157
	1.203.302	1.212.370
Não circulante		
Contas a receber de clientes (Nota 7)	33.107	29.719
Ativos fiscais diferidos (Nota 9)	453.230	449.010
Tributos a recuperar (Nota 8)	330.144	304.988
Depósitos judiciais (Nota 12)	68.269	63.371
	884.750	847.088
Investimentos	380	380
Intangível (Nota 13)	2.547.052	2.458.532
Direito de uso (Nota 14.1)	16.475	14.822
	2.563.907	2.473.734
Total do ativo	4.651.959	4.533.192

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo e patrimônio líquido	31/12/2024	31/12/2023
Circulante		
Fornecedores (Nota 15)	458.948	505.739
Obrigações por arrendamento (Nota 14.2)	7.224	916
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	499.806	141.784
Obrigações trabalhistas	9.092	8.190
Tributos a recolher (Nota 17)	68.755	57.199
Imposto de renda e contribuição social a pagar (Nota 17)	63.184	53.764
Obrigações com fundo de pensão (Nota 20)	173.516	137.304
Dividendos e JCP a pagar (Nota 19)	131.758	149.367
Demais contas a pagar	18.675	9.247
	1.430.958	1.063.510
Não circulante		
Obrigações setoriais (Nota 8.a)	321.283	298.111
Obrigações por arrendamento (Nota 14.2)	12.695	16.752
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	667.099	1.076.529
Obrigações com fundo de pensão (Nota 20)	100.313	198.482
Provisão para contingências (Nota 21)	527.616	490.639
	1.629.006	2.080.513
Total do passivo	3.059.964	3.144.023
Patrimônio líquido (Nota 19)		
Capital social	644.460	644.460
Reserva de capital	2.194	2.194
Reservas de lucros	1.027.839	875.672
Outros resultados abrangentes	(82.498)	(133.157)
Total do patrimônio líquido	1.591.995	1.389.169
Total do passivo e patrimônio líquido	4.651.959	4.533.192

● Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	2024	2023
Receita líquida (Nota 23)	5.162.070	5.602.206
Custo do serviço (Nota 24)	(3.743.313)	(4.005.649)
Lucro bruto	1.418.757	1.596.557
Despesas com vendas (Nota 26)	(93.067)	(180.613)
Despesas administrativas e gerais (Nota 26)	(378.795)	(340.551)
Outras receitas e despesas, líquidas (Nota 27)	(46.054)	(38.041)
Lucro operacional	900.841	1.037.352
Receitas financeiras	97.295	88.960
Despesas financeiras	(236.475)	(250.627)
Resultado financeiro, líquido (Nota 28)	(139.180)	(161.667)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	761.661	875.685
Imposto de renda e contribuição social - correntes (Notas 18)	(265.210)	(319.548)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos (Notas 18)	30.304	40.806
Lucro líquido do exercício	526.755	596.943
Lucro líquido do exercício básico e diluído por mil ações do capital social - R\$	2,02881	2,29914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

● **Demonstração do Resultado Abrangente**
Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	526.755	596.943
Itens que não serão reclassificados para a demonstração de resultado em períodos subsequentes:		
- Ganho (Perda) atuarial de fundo de pensão, líquido de imposto (Nota 20)	50.659	(4.501)
Total do resultado abrangente do exercício	577.414	592.442

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

● Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Capital Social	Reserva de capital incentivos fiscais
Em 1º de janeiro de 2023	644.460	2.194
Lucro líquido do exercício	-	-
Despesas com fundo de pensão	-	-
Passivo fiscal diferido - NIIF16	-	-
Dividendos aprovados em AGO (abril/2023)		
Destinação do lucro:		
Juros sobre o capital próprio (R\$ 294,57 por lote de mil ações)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 755,08 por lote de mil ações)	-	-
Destinação de resultado a definir em AGOE (abril/2024)	-	-
Em 31 de dezembro de 2023	644.460	2.194
Lucro líquido do exercício	-	-
Ganho com fundo de pensão	-	-
Dividendos aprovados em AGO (abril/2024)	-	-
Destinação do lucro:		
Juros sobre o capital próprio (R\$ 329,40 por lote de mil ações)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios (R\$ 222,81 por lote de mil ações)	-	-
Destinação de resultado a definir em AGOE (abril/2025)	-	-
Em 31 de dezembro de 2024	644.460	2.194

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Reservas de lucros						
Legal	Expansão	Reserva especial	Dividendo adicional proposto	Lucros acumulados	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total
128.893	309.320	-	196.048	-	(128.656)	1.152.259
-	-	-	-	596.943	-	596.943
-	-	-	-	-	(4.501)	(4.501)
-	-	-	-	-	271	271
			(196.048)			(196.048)
-	-	-	-	(76.483)	-	(76.483)
-	-	-	-	(83.272)	-	(83.272)
-	-	-	437.459	(437.188)	(271)	-
128.893	309.320	-	437.459	-	(133.157)	1.389.169
-	-	-	-	526.755	-	526.755
-	-	-	-	-	50.659	50.659
-	206.247	-	(437.459)	-	-	(231.212)
-	-	-	-	(85.526)	-	(85.526)
-	-	-	-	(57.850)	-	(57.850)
-	-	-	383.379	(383.379)	-	-
128.893	515.567	-	383.379	-	(82.498)	1.591.995

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

• Demonstração do Valor Adicionado

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Vendas de gás e de serviços	2024	2023
Receitas		
Vendas de gás, serviços e contratos de construção	6.426.379	6.812.663
Outras receitas operacionais	11.040	9.937
Constituição de provisão para perdas de crédito esperadas	(90.481)	(178.184)
	6.346.938	6.644.416
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos do gás vendido e dos serviços prestados	(3.592.566)	(3.858.089)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros operacionais e respectivos impostos indiretos	(1.479.480)	(1.067.814)
	(5.072.046)	(4.925.903)
Valor adicionado bruto	1.274.892	1.718.513
Retenções		
Amortizações do intangível e diferido	(154.582)	(149.376)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia	1.120.310	1.569.137
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	97.295	88.960
Valor adicionado total a distribuir	1.217.605	1.658.097
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal		
Remuneração direta	70.775	57.879
Benefícios	21.694	21.617
FGTS	4.325	4.707
	96.794	84.203
Impostos, taxas e contribuições		
Federais	134.057	461.435
Estaduais	215.494	254.615
Municipais	5.588	6.748
	355.139	722.798
Remuneração de capitais de terceiros		
Juros	236.475	250.627
Aluguéis	2.442	3.526
	238.917	254.153
Remuneração de capitais próprios		
Juros s/ capital próprio	85.526	76.483
Dividendos propostos	57.850	83.272
Lucros retidos	383.379	437.188
	526.755	596.943
Valor adicionado distribuído	1.217.605	1.658.097

● Demonstração dos Fluxos de Caixa

Exercícios findos em 31 de Dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Fluxos de caixa das atividades operacionais	2024	2023
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	761.661	875.685
Ajustes		
Amortizações do intangível	154.582	144.991
Amortização - direito de uso	6.734	4.385
Juros, IOF, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos	142.434	171.396
Juros sobre arrendamento	5.280	2.456
Custos a amortizar no período	-	-
Atualização monetária sobre depósito judicial	(9.417)	885
Provisão atuarial do benefício pós-emprego	(18.007)	10.041
Adições (exclusões) contingências	36.977	(3.230)
Provisão para perdas de crédito esperadas	39.959	106.572
Resultado na baixa de imobilizado arrendado	(2.245)	(89)
	1.117.958	1.313.092
Variações nos ativos e passivos		
Contas a receber de clientes	(75.418)	(51.847)
Tributos a recuperar e diferidos	257.148	289.039
Estoques	975	(4.293)
Cessão de crédito	(376)	(1.105)
Crédito aquisição de gás	(52.801)	-
Demais contas a receber	4.914	(2.904)
Depósitos judiciais	(4.898)	(903)
Fornecedores	(46.791)	(58.947)
Obrigações trabalhistas	902	49
Tributos a recolher	(221.062)	(294.269)
Demais contas e despesas a pagar	6.902	(12.148)
Caixa proveniente das operações	987.454	1.175.764
Juros pagos de empréstimos	(141.486)	(203.633)
Juros pagos arrendamento	(1.424)	(1.099)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(253.702)	(256.300)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais	590.842	714.732
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições do intangível	(243.102)	(282.916)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(243.102)	(282.916)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos		
Amortização principal empréstimos	(50.000)	-
Amortização custos de empréstimos	(2.356)	221
Dividendos e juros sobre capital próprio pagos	(380.516)	(264.533)
Imposto de renda retido na fonte sobre JCP do exercício	(11.687)	(10.452)
Amortização principal arrendamento	(7.748)	(5.204)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento	(452.307)	(279.968)
Aumento (diminuição) do caixa e equivalentes de caixa no exercício	(104.567)	151.848
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	516.965	365.117
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	412.398	516.965

● Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1 Contexto operacional

A Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG (“CEG” ou “Companhia”) tem como objetivo, no âmbito de sua concessão, operar os serviços públicos de gás, de qualquer tipo e origem, no Estado do Rio de Janeiro e explorar, com exclusividade, a distribuição de gás canalizado, bem como todos os subprodutos resultantes pelo período de 30 anos contados a partir de 21 de julho de 1997 (data da privatização) finalizando, portanto, em julho de 2027, prorrogáveis a critério exclusivo do Governo do Estado do Rio de Janeiro por igual período de tempo e por uma única vez.

Conforme estabelecido no Contrato de Concessão, a Companhia possuía o prazo de até 36 meses, antes do vencimento do contrato, para apresentar seu requerimento de prorrogação, o que foi feito no dia 18/07/2024. A Companhia está acompanhando o desenvolvimento do tema na Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro (Agerensa) e junto ao Poder Concedente.

A Companhia é uma sociedade anônima sediada no Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, controlada pelo Grupo Naturgy Energy Group, cuja sede está localizada em Madri - Espanha, e está registrada na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão.

A área de concessão da CEG inclui a cidade do Rio de Janeiro e os seguintes municípios que integram a sua região metropolitana: Belford Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaboraí, Itaguaí, Japeri, Magé, Mangaratiba, Maricá, Nilópolis, Niterói, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São Gonçalo, Tanguá, Seropédica e São João de Meriti.

De acordo com o Edital de Venda PED/ERJ nº 02/1997 e com o contrato de concessão, a CEG deverá cumprir determinações requeridas pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro (Poder Concedente). O não cumprimento das referidas determinações sujeitará a Companhia a penalidades que vão desde a advertência até a extinção da concessão.

As principais determinações são:

- Realizar, por sua conta e risco, as obras ou outras intervenções necessárias à prestação dos serviços concedidos, mantendo e repondo os bens e operando as instalações e equipamentos, de modo a assegurar a qualidade dos serviços;
- Manter as instalações e equipamentos existentes e futuros, promover o registro e inventário permanente dos bens vinculados à concessão, zelando pela integridade desses;
- Manter cobertura de seguros, por valores adequados de reposição, dos bens vinculados à concessão, contratando, pelo menos, os seguros de danos materiais e de responsabilidade civil por danos causados a terceiros;
- Captar, aplicar e gerir os recursos financeiros necessários à adequada prestação dos serviços;
- Indenizar os danos decorrentes da prestação dos serviços;
- Atingir as metas de qualidade e segurança, constantes do Anexo II ao Contrato de Concessão, nos prazos e condições fixados;
- Manter em operação o Instituto de Seguridade Social da CEG - GASIUSS;

- Manter, a todo e qualquer tempo, a sede da Companhia no Estado do Rio de Janeiro; e
- Cumprir integralmente o acordo coletivo de trabalho vigente, durante o prazo nele estipulado.

A Companhia entende que as determinações estipuladas no contrato de concessão mencionadas acima têm sido cumpridas adequadamente.

Na hipótese de extinção da concessão, a Companhia seria indenizada pelo valor residual dos bens integrantes da concessão (Nota Explicativa nº 13).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração da Companhia em 14 de fevereiro de 2025.

1.1 Alterações tributárias:

• Medida Provisória 1.163/2023

Em 1º de março de 2023 foi publicado no D.O.U. a Medida Provisória de nº 1.163 de 28 de fevereiro de 2023, que postergou o benefício de alíquota 0% (zero) do PIS/COFINS e PIS/COFINS-Importação incidentes sobre a receita ou o faturamento na venda ou sobre a importação de gás natural veicular (GNV), estabelecido pela Lei Complementar nº 194/2022 cuja vigência encerrou-se em 28 de junho de 2023.

Dessa forma, a Companhia aplicou a incidência da alíquota 0% (zero) no faturamento do volume destinado como Gás Natural Veicular – GNV para as faturas emitidas durante o referido período de vigência da lei.

• Medida Provisória 1.202/2023

Em 29 de dezembro de 2023 foi publicada a Medida Provisória nº 1.202 de 2023 que, dentre outros aspectos, altera a Lei nº 9.430, de 27 de dezembro de 1996, para impor limite mensal para a compensação de créditos tributários decorrentes de decisão judicial transitada em julgado atribuindo ao Ministro de Estado da Fazenda a prerrogativa de editar o ato que fixa o limite mensal para compensação.

Em 5 de janeiro de 2024, foi editada a Portaria Normativa MF de nº 14 que estabelece limites mensais para utilização de créditos decorrentes de decisão judicial transitada em julgado. A medida não se aplica às compensações em que o crédito é inferior a R\$ 10 milhões (dez milhões de reais). A partir desse valor, será escalonado em função do valor total do crédito atualizado até a data da primeira declaração de compensação dividido pela quantidade de meses estabelecidos para cada faixa.

A Administração da Companhia, considerando a vigência da referida Medida Provisória e sua conversão na Lei nº 14.873 de 28 de maio de 2024, observou tais limites mensais em sua projeção de compensação de tais tributos, assim descritos na Nota explicativa nº 8.

2 Resumo das políticas contábeis materiais

As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC).

Essas demonstrações evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e, também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota Explicativa nº3.

Continuidade operacional

Com base nos fatos e circunstâncias existentes até a data de autorização das presentes demonstrações financeiras anuais, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro.

Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando.

Assim, estas demonstrações financeiras foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.2 Apresentação de informação por segmento

As informações por segmentos operacionais são apresentadas de modo consistente com o relatório interno fornecido para o principal tomador de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria-Executiva. Ver detalhes na Nota Explicativa nº 22.

2.3 Moeda funcional

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Empresa atua (“a moeda funcional”). As demonstrações financeiras da Companhia estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação da Companhia.

As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do ano, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado.

2.4 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem saldos em contas correntes bancárias e depósitos a curto prazo com alta liquidez e vencimento de três meses ou menos, a contar da data de contratação e sujeitos a risco insignificante de mudança de valor. Esses saldos são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

2.5 Instrumentos financeiros

Um instrumento financeiro é um contrato que dá origem a um ativo financeiro de uma Companhia e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial de outra Companhia.

2.5.1 Ativos financeiros - Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como mensurado subsequentemente: ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção das contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, a Companhia inicialmente mensura um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. As contas a receber de clientes que não contenham um componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia tenha aplicado o expediente prático, são mensuradas pelo preço de transação determinando de acordo com o CPC 47.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam “exclusivamente pagamentos de principal e de juros” sobre o valor do principal em aberto. Essa avaliação é executada em nível de instrumento. Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos de principal e de juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado, independentemente do modelo de negócio adotado.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); e
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado (instrumentos de dívida)

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados

usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou
- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ela avalia se, e em que medida, reteve os riscos e benefícios da propriedade. Quando não transferiu nem reteve substan-

cialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado.

Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a Companhia pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

2.5.2 Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Os passivos financeiros são desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados ao custo amortizado.

A mensuração de passivos financeiros depende de sua classificação, conforme descrito abaixo:

Passivos financeiros ao custo amortizado (empréstimos e financiamentos)

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva.

Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva.

A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

2.6 Contas a receber de clientes e provisão para perdas de crédito esperadas

As contas a receber de clientes correspondem aos valores a receber pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia, normalmente, as contas a receber são reconhecidas pelos valores nominais das faturas emitidas. Se o prazo de recebimento for equivalente a um ano ou menos, as contas a receber são classificadas no ativo circulante. Caso contrário, são apresentadas no não circulante.

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa efetiva de juros menos a provisão para perdas de crédito esperadas.

A Companhia utiliza uma matriz de provisão para calcular a perda de crédito esperada para contas a receber. As taxas de provisão aplicadas são baseadas em dias de atraso para agrupamentos de vários segmentos de clientes que apresentam padrões semelhantes.

A matriz de provisão baseia-se inicialmente nas taxas de perda histórica observadas pela Companhia. A Companhia revisa de forma prospectiva para ajustá-la de acordo com a experiência histórica de perda de crédito. Em todas as datas de relatórios, as taxas de perda histórica observadas são atualizadas e as mudanças nas estimativas prospectivas são analisadas e reconhecidas na contabilidade.

2.7 Estoques

Referem-se, principalmente, a bens para instalação e itens de almoxarifado, em geral para fins de reposição e consumo imediato, e estão apresentados pelo menor valor entre o custo de aquisição e o valor líquido realizável. O giro do estoque é inferior a 12 meses.

2.8 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

As despesas de imposto de renda e contribuição social do período compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda e as contribuições sociais são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Entretanto, o imposto de renda e a contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o lucro tributável (prejuízo fiscal).

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há um direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os impostos de renda incidentes pela mesma autoridade tributável sobre a entidade tributária.

2.9 Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo. Esses depósitos são atualizados monetariamente.

2.10 Ativos intangíveis

(i) Contrato de concessão

Como resultado da adoção da interpretação do ICPC 01, a Companhia classifica como intangível (i) os valores pagos ao Poder Concedente como contraprestação da concessão; e (ii) os custos dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação de serviços de concessão (infraestrutura), líquidos de amortização. O valor da concessão é amortizado pelo prazo residual da concessão e a amortização dos custos da infraestrutura é calculada com base na vida útil estimada para os ativos compreendidos e integrantes da base de cálculo da tarifa de prestação de serviços.

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado, conforme a referida norma, é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo. A Companhia não reconhece margem na construção de infraestrutura, pois essa margem está, em sua grande maioria, vinculada aos serviços contratados de terceiros por valores que refletem o valor justo.

Ao fim da concessão, os ativos vinculados à prestação de serviço de distribuição de gás serão revertidos ao Poder Concedente, tendo a Companhia o direito à indenização a ser determinada com base no levantamento dos valores contábeis a serem apurados nessa época. Em consonância com as disposições do OCPC 05, a Administração entende que a provisão contratual da indenização não representa um direito incondicional de receber caixa ou outros ativos financeiros do Poder Concedente, motivo pelo qual não aplicou o modelo bifurcado para contabilização dos efeitos do contrato de concessão. Esse entendimento baseia-se no fato de que o valor residual do ativo intangível, que representa a indenização, será objeto de negociação quando da prorrogação do contrato de concessão.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, os quais correspondem à vida útil dos ativos componentes de infraestrutura. Adicionalmente, a Companhia revisa anualmente a vida útil de seus ativos.

(ii) Programas de computador (softwares)

As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimada.

Os custos de *software* reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na nota explicativa nº 13.

(iii) Servidão de passagem

As servidões de passagem são registradas como ativo intangível e amortizadas pela expectativa de vida útil, limitado ao prazo de concessão (nota explicativa nº 13).

2.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Administração revisa anualmente o valor recuperável dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

A Companhia baseia sua avaliação de redução ao valor recuperável com base nas previsões e orçamentos financeiros mais recentes, os quais são elaborados separadamente pela Administração para cada unidade geradora de caixa às quais os ativos estejam alocados. As projeções baseadas nessas previsões e orçamentos geralmente abrangem o período de cinco anos. Uma taxa média de crescimento de longo prazo é calculada e aplicada aos fluxos de caixa futuros após o quinto ano. A perda por desvalorização do ativo é reconhecida no resultado de forma consistente com a função do ativo sujeito à perda.

Para ativos que não sejam ágio, é efetuada uma avaliação em cada data de reporte para determinar se existe um indicativo de que as perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuiriam. Se tal indicativo existir, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da unidade geradora de caixa. Uma perda por redução ao valor recuperável de um ativo previamente reconhecida é revertida apenas se tiver havido mudança nas estimativas utilizadas para determinar o valor recuperável do ativo desde a última perda por desvalorização que foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado (líquido de depreciação, amortização ou exaustão), caso nenhuma perda por desvalorização tivesse sido reconhecida para o ativo em anos anteriores. Essa reversão é reconhecida no resultado.

Como resultado dessa avaliação não foi identificada a necessidade de reconhecimento de perda em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

2.12 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

2.13 Provisão para contingências

As provisões para ações judiciais (trabalhista, cível e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada (*constructive obligation*) como resultado de eventos já incorridos; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor puder ser estimado com segurança. As provisões não incluem as perdas operacionais futuras.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

2.14 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos gerais e específicos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a Companhia e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

2.15 Benefícios a funcionários

Obrigações de aposentadoria

O passivo relacionado aos planos de benefício definido é o valor presente da obrigação de benefício definida na data do balanço menos o valor justo dos ativos do plano. A obrigação de benefício definido é calculada anualmente por atuários externos usando-se o método de unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas futuras estimadas de caixa, usando taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, as quais são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de pensão.

O custo do serviço passado é o aumento no valor presente da obrigação de benefício quando da introdução ou mudança no plano de benefício pós-emprego, resultante de serviços prestados pelos empregados participantes em períodos passados. Ganhos e perdas atuariais compreendem (i) os ajustes de experiência, ou seja, os efeitos de diferenças entre as premissas atuariais adotadas e as efetivamente ocorridas; (ii) os efeitos de alterações de premissas atuariais.

A Companhia adotou o método de reconhecimento imediato dos ganhos e perdas atuariais que está de acordo com as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 33 (R1), aprovado pela Resolução CVM nº 110/22, que trata de benefícios a empregados. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos no resultado abrangente, ficando a variação dentro do patrimônio, nunca transitando pelo resultado (outros resultados abrangentes não reclassificáveis). Este método suaviza as flutuações no resultado, tendo o efeito diluído no patrimônio e, em adição, mantém o passivo por um valor adequado.

Em atendimento à Resolução CVM nº 110/22, a Companhia, com base em estudo atuarial, apurou os passivos oriundos dos benefícios futuros a que os funcionários têm direito (nota explicativa nº 20).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 33 (R1) aprovado pela Resolução CVM nº 110/22, a Companhia adotou a reposição dos juros do passivo e do retorno esperado dos ativos por uma única taxa de juros líquida, que não gerou aumento significativo do custo do plano no resultado do exercício.

Outras obrigações pós-aposentadoria

A Companhia oferece a seus funcionários benefícios de plano de assistência médica pós-aposentadoria. O direito a esses benefícios é concedido a um grupo fechado de aposentados e seus dependentes legais que, em 17 de junho de 1998, faziam parte do plano de assistência médica da Companhia. Os custos esperados desses benefícios são acumulados pelo

período do vínculo empregatício, usando-se uma metodologia contábil semelhante à dos planos de pensão de benefício definido. Essas obrigações são avaliadas anualmente por atuários independentes e qualificados.

Participação nos lucros

O reconhecimento dessa participação é usualmente efetuado por provisão durante o exercício corrente com base em estimativas.

2.16 Capital social

As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido.

2.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, calculada com base no Estatuto Social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral.

2.18 Reconhecimento de receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela venda de gás e serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos

impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma de suas atividades, conforme descrição a seguir. Os faturamentos ocorrem em períodos bem próximos às entregas e prestação de serviços, portanto, não são esperadas alterações significativas nos preços das transações a serem reconhecidas em receitas de períodos posteriores à satisfação de obrigação de desempenho. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

a. Venda de gás

A receita pela venda de gás é reconhecida por medição equivalente ao volume de gás transferido para o cliente e por meio de estimativas para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do exercício.

b. Venda de mercadorias

A Companhia vende determinados equipamentos destinados aos usuários residenciais de gás canalizados, como acessórios e classifica como “Outras receitas e despesas, líquidas” na demonstração do resultado. Essas vendas são reconhecidas sempre que a Companhia efetua a entrega dos produtos para o cliente e não há nenhuma obrigação de desempenho não satisfeita que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega não ocorre até que: (i) os produtos tenham sido enviados para o (retirados no) local especificado; (ii) os riscos de obsolescência e perda tenham sido transferidos para o cliente; (iii) o cliente tenha aceitado os produtos de acordo com o contrato de venda; e (iv) as disposições de aceitação tenham sido acordadas, ou a Companhia tenha evidências objetivas de que todos os critérios para aceitação foram atendidos.

Serviços de construção

O serviço de construção da infraestrutura necessária para a distribuição de gás a ser realizado é considerado um serviço prestado ao Poder Concedente e a correspondente receita é reconhecida ao resultado por valor igual ao custo, pelo fato de a Companhia subcontratar essa construção e por não haver margem de lucro nesse serviço. Para mensuração e reconhecimento da receita e custo dos serviços de construção da infraestrutura de distribuição de gás, a Companhia considera o estágio de execução do serviço prestado.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

Receita de prestação de serviço de distribuição

A receita decorrente do serviço de distribuição de gás (Acesso de Terceiros à Rede - ATR) é reconhecida pelo volume de gás medido pela Petrobras aplicando-se a margem da Distribuidora, considerando que a aquisição do gás é negociada de forma direta e o cliente remunera a Companhia pela movimentação do gás.

2.19 Demonstração do valor adicionado

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. A primeira parte da DVA apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas, pelos insumos adquiridos de terceiros, e pelo valor adicionado recebido de terceiros. A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.20 Resultado básico por ação

O cálculo do resultado básico por ação é feito através da divisão do resultado líquido do ano pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações nos exercícios apresentados.

2.21 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não em vigor até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, não foram aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis. As normas analisadas pela Companhia foram:

a) IFRS 18 - Apresentação e Divulgação das Demonstrações Contábeis

O IFRS 18 substituirá o CPC 26/IAS 1 Apresentação das Demonstrações Contábeis e se aplica a períodos de relatórios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027. O novo padrão introduz os seguintes novos requisitos principais:

- As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em cinco categorias na demonstração de resultados, a saber, as categorias operacional, de investimento, de financiamento, de operações descontinuadas e de imposto de renda. As entidades também são obrigadas a apresentar um subtotal de lucro operacional recém-definido. O lucro líquido das entidades não mudará.
- As medidas de desempenho definidas pela administração (MPMs) são divulgadas em uma única nota nas demonstrações financeiras.

- Orientações aprimoradas são fornecidas sobre como agrupar informações nas demonstrações financeiras.
- As entidades são obrigadas a usar o subtotal do lucro operacional como ponto de partida para a demonstração dos fluxos de caixa ao apresentar fluxos de caixa operacionais pelo método indireto.

A Companhia está em processo de avaliação do impacto do novo padrão nas respectivas demonstrações financeiras.

b) Outras Normas Contábeis

Não se espera que as seguintes normas novas e alteradas tenham um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- **CPC 40/IFRS 7 e CPC 48/IFRS 9** - Classificação e mensuração de instrumentos financeiros
- **CPC 02/IAS 21** - Ausência de conversibilidade.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

a. Reconhecimento da receita de venda de gás não faturada

Para a mensuração da receita pela venda de gás não faturada são efetuadas estimativas, com base no consumo histórico e em projeções de consumo, para mensurar o gás entregue, mas ainda não considerado pelas medições anteriores ao fechamento do período. Conforme apresentado na nota explicativa nº 7, a receita estimada nessas condições em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$ 139.256 (R\$ 120.807 em 31 de dezembro de 2023).

b. Provisão para perdas de crédito esperadas

A Companhia efetua um estudo de sua carteira de clientes e registra uma estimativa que representa sua expectativa de inadimplência possíveis ao longo da vida esperada a incorrer para os créditos das contas a receber. A matriz de provisão baseia-se inicialmente no percentual médio de perda histórica observado pela Companhia nos últimos anos. A composição dos vencimentos e as movimentações estão demonstradas na nota explicativa nº 7.

c. Provisão para contingência

A Companhia é parte envolvida em processos tributários, trabalhistas e cíveis que se encontram em instâncias diversas. As provisões para contingências, constituídas para fazer face a potenciais saídas de recursos decorrentes dos processos em curso, são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da Administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas. A base da avaliação da incerteza encontra-se divulgada na nota explicativa nº 21.

d. Benefícios de planos de pensão

O valor atual de obrigações de planos de pensão depende de uma série de fatores que são determinados com base em cálculos atuariais, que utilizam uma série de premissas. Entre as premissas usadas na determinação do custo (receita)

líquido para os planos de pensão, está a taxa de desconto. Quaisquer mudanças nessas premissas afetarão o valor contábil das obrigações dos planos de pensão. A Companhia determina a taxa de desconto apropriada ao final de cada exercício. Essa é a taxa de juros que deveria ser usada para determinar o valor presente de futuras saídas de caixa estimadas, que devem ser necessárias para liquidar as obrigações de planos de pensão. Ao determinar a taxa de desconto apropriada, a Companhia considera as taxas de juros de títulos privados de alta qualidade, sendo esses mantidos na moeda em que os benefícios serão pagos e que têm prazos de vencimento próximos dos prazos das respectivas obrigações de planos de pensão.

Outras premissas importantes para as obrigações de planos de pensão se baseiam, em parte, em condições atuais do mercado. Informações adicionais estão divulgadas na nota explicativa nº 20.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem aos seguintes principais riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco com taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

A Companhia não está exposta ao risco de volatilidade no preço do gás distribuído, uma vez que as tarifas aplicadas são autorizadas pelo Poder Concedente e levam em consideração o aumento dos custos do gás distribuído. Além disso, embora o custo do gás adquirido para distribuição esteja atrelado ao dólar estadunidense, oscilações averiguadas na margem de contribuição estipulada são revisadas e aplicadas a cada revisão tarifária efetuada.

a. Risco de mercado

(i) Risco cambial

O risco cambial, quando aplicável, decorre de operações de empréstimos indexadas à moeda estrangeira, notadamente operações em relação ao dólar dos Estados Unidos e contratação de serviços em moeda estrangeira (Euro). Em 31 de dezembro de 2024 e 2023 não existiam ativos ou passivos financeiros relevantes sujeitos à variação cambial.

(ii) Risco com taxa de juros

A Companhia tem os juros de seus empréstimos indexados ao CDI. O risco associado é oriundo da possibilidade de ocorrer perdas resultantes de flutuações nas taxas de juros que podem aumentar as despesas financeiras relativas aos empréstimos e financiamentos contratados.

A Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contração de operações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas.

b. Risco de crédito

As regras relativas às vendas da Companhia consideram o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios. A concentração de risco de crédito com respeito às contas a receber é minimizada devido a pulverização da base de clientes. Adicionalmente, em caso de inadimplência no pagamento de faturas, a distribuição do gás é paralisada nos prazos descritos na Nota explicativa nº 7. Uma provisão para perdas de crédito esperadas é estabelecida em relação àqueles que a Administração acredita que não serão recebidos integralmente.

A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes.

c. Risco de liquidez

É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O passivo circulante está superior ao ativo circulante no montante de R\$ 227.656 em 31 de dezembro de 2024 (inferior em R\$ 148.860 em 31 de dezembro de 2023). Do saldo do passivo circulante, R\$ 499.806 estão representados por empréstimos e Financiamentos a pagar. Não observamos riscos ao refinanciamento, uma vez que a CEG goza de boa avaliação creditícia e possui histórico positivo em suas discussões de refinanciamento junto às instituições financeiras. A Companhia vem gerando lucro em suas operações e o caixa gerado pelas operações tem sido positivo.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

Os valores divulgados na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratados.

	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos
Em 31 de dezembro de 2024			
Empréstimos e financiamentos	531.561	807.879	-
Fornecedores	458.948	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	131.758	-	-
Demais contas a pagar	18.675	-	-
Arrendamento	7.224	12.695	-
Em 31 de dezembro de 2023			
Empréstimos e financiamentos	148.979	540.721	868.404
Fornecedores	505.739	-	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio	149.367	-	-
Demais contas a pagar	9.247	-	-
Arrendamento	916	-	-

Observações:

(i) Como os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa não descontados contratuais, esses valores não serão conciliados com os valores divulgados no balanço patrimonial para empréstimos e financiamentos.

(ii) As faixas de vencimento apresentadas são baseadas em uma análise da Administração.

(iii) A análise dos vencimentos aplica-se somente aos instrumentos financeiros e, portanto, não estão incluídas as obrigações decorrentes de legislação.

A Companhia não pretende realizar antecipações dos valores de longo prazo.

d. Análise de sensibilidade à variação das taxas do CDI

A Companhia mantém grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas às variações do CDI (financiamentos). Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentava uma dívida líquida de R\$ 766.437 (R\$ 701.348 em 31 de dezembro de 2023), representada pelo valor dos empréstimos e financiamentos, líquidos de caixa e aplicações financeiras.

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data-base de 31 de dezembro de 2024, indicava uma taxa SELIC em 14,75% (11,75% em 31 de dezembro de 2023).

Adicionalmente, a Administração efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração das taxas em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração, a partir do cenário provável de acordo com Relatório Focus), conforme demonstrado na tabela abaixo:

Operação	Cenário provável	Cenário I	Cenário II
		Deterioração 25%	Deterioração 50%
Taxa média mensal do CDI em 31/12/2023 - %	11,75	11,75	11,75
Dívida líquida – bancos	766.437	766.437	766.437
Taxa anual estimada do CDI em 31/12/2023 - %	14,75	18,44	22,13
Despesa financeira	22.993	51.255	79.518
IR e CS	(7.818)	(17.427)	(27.036)
Despesa (receita) financeira depois dos impostos	15.175	33.828	52.482

4.2 Gestão de capital

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

A Companhia monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida dividida pelo capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos (incluindo empréstimos de curto e longo prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial), subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado através da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial, com a dívida líquida.

O índice de alavancagem financeira em 31 de dezembro de 2024 pode ser assim sumariado:

	31/12/2024	31/12/2023
Total dos empréstimos e financiamentos (Nota 16)	1.166.905	1.218.313
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 6)	(412.398)	(516.965)
Dívida líquida	754.507	701.348
Total do patrimônio líquido	1.591.995	1.389.169
Total do capital próprio e de terceiros	2.346.502	2.090.517
Índice de alavancagem financeira - %	32%	34%

4.3 Instrumentos financeiros

a. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros

A Companhia opera com alguns instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber de clientes, fornecedores e empréstimos e financiamentos. Quando aplicável, a Companhia opera com instrumentos financeiros derivativos, especialmente operações de *swap*.

Considerando a natureza dos instrumentos, o valor justo é basicamente determinado pela aplicação do método do fluxo de caixa descontado. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores a custo amortizado aproximam-se dos valores justos.

b. Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia segue uma política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do *hedge* das contrapartes quando existentes. Além disso, os riscos de mercado são protegidos quando é considerado necessário suportar a estratégia corporativa ou quando é necessário manter o nível de flexibilidade financeira.

O Conselho de Administração aprova e supervisiona as políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

5 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia utiliza técnicas de avaliação que são apropriadas nas circunstâncias e para as quais haja dados suficientes disponíveis para mensurar o valor justo, maximizando o uso de dados observáveis relevantes e minimizando o uso de dados não observáveis.

Todos os ativos e passivos para os quais o valor justo seja mensurado ou divulgado nas demonstrações financeiras são categorizados dentro da hierarquia de valor justo descrita a seguir, com base na informação de nível mais baixo que seja significativa à mensuração do valor justo como um todo:

- **Nível 1** - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos a que a entidade possa ter acesso na data de mensuração.
- **Nível 2** - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo seja direta ou indiretamente observável.
- **Nível 3** - Técnicas de avaliação para as quais a informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo não esteja disponível.

Para ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras ao valor justo de forma recorrente, a Companhia determina se ocorreram transferências entre níveis da hierarquia, reavaliando a categorização (com base na informação de nível mais baixo e significativa para mensuração do valor justo como um todo) no fim de cada período de divulgação.

	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	412.398	516.965
Contas a receber de clientes	737.033	701.574
Outras contas a receber	17.193	10.157
Cessão de crédito	2.075	1.699
	1.168.699	1.230.395
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	1.166.905	1.218.313
Dividendos e juros sobre o capital próprio	131.758	149.367
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	477.623	514.986
	1.776.286	1.882.666

Os valores justos dos passivos financeiros, juntamente com os valores contábeis apresentados no balanço patrimonial, são os seguintes:

Instrumentos	31 de dezembro de 2024		31 de dezembro de 2023	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos	1.166.905	1.166.905	1.218.313	1.218.313
Dividendos propostos e juros sobre o capital próprio	131.758	131.758	149.367	149.367
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	477.623	477.623	514.986	514.986
Total de captações	1.776.286	1.776.286	1.882.666	1.882.666
Total custo de captações	(50.993)		(3.311)	
Total de captações líquido	1.725.293		1.879.355	

6 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Bancos	84.968	76.515
Aplicações financeiras (CDBs)	327.429	440.450
	412.398	516.965

O saldo em bancos que está disponível rende juros a taxas flutuantes baseadas em taxas diárias de depósitos bancários. Os depósitos bancários a curto prazo são efetuados por períodos que variam de um dia a três meses, dependendo das necessidades imediatas de caixa da Companhia, rendendo juros de acordo com as respectivas taxas de depósito de curto prazo.

As aplicações financeiras são classificadas como caixa e equivalentes de caixa e podem ser resgatadas a qualquer tempo, sem qualquer penalidade, sem prejuízo da receita reconhecida ou risco de variação significativa no seu valor.

As aplicações financeiras realizadas no Banco Santander referem-se a Certificados de Depósitos Bancários remunerados à taxa média de 100,42% do CDI em 31 de dezembro de 2024 (102,3% do CDI em 31 de dezembro de 2023).

7 Contas a receber de clientes

Estão compostas por créditos decorrentes de fornecimento de gás (faturados e a faturar), prestação de serviços e vendas de serviços como demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Faturado		
Consumidores		
Do setor privado	1.065.842	1.029.442
Do setor público	18.582	15.158
	1.084.424	1.044.600
Não faturado		
Consumidores		
Do setor privado	135.046	116.482
Do setor público	4.210	4.325
	139.256	120.807
Vendas de serviços	17.260	115
Provisão para perdas de crédito esperadas	(503.907)	(463.948)
	737.033	701.574
Circulante	703.926	671.855
Não circulante (a)	33.107	29.719
	737.033	701.574

(a) Refere-se a parcelamento de clientes acima de 12 meses.

A análise de vencimentos do contas a receber está apresentada abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
A vencer		
Faturado	519.081	515.307
Não faturado	139.256	120.807
Vencidas		
Até três meses	110.082	102.028
De três a seis meses	27.328	73.420
Acima de seis meses	445.193	353.960
	1.240.940	1.165.522

A Companhia adotou como base, para ter seus valores de provisão estimada de acordo com o CPC 48 refletido na perda esperada, um estudo de sua carteira de clientes, onde a média encontrada em percentual está sendo aplicada para o período corrente.

Abaixo, são apresentadas as informações sobre a exposição ao risco de crédito médio nas contas a receber da Companhia, em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, utilizando-se de uma matriz de provisão:

Dias de vencimento	31/12/2024	31/12/2023
	Taxa de atraso (%)	Taxa de atraso (%)
A vencer	1,70%	1,99%
1 a 30 dias	14,50%	16,67%
31 a 60 dias	37,71%	44,80%
61 a 90 dias	50,67%	58,99%
91 a 120 dias	59,60%	64,03%
121 a 180 dias	64,32%	70,75%
181 a 360 dias	82,65%	81,37%
Mais de 360 dias	91,36%	83,25%

Com o fim das restrições temporárias impostas pela Lei Estadual 8.769/20, a Companhia voltou a considerar a suspensão a partir de julho de 2023, após 35 dias de atraso no pagamento da fatura, dos serviços fornecidos aos clientes residenciais e comerciais. Para os clientes industriais e postos de GNV, o fornecimento é suspenso a partir de 15 dias.

A movimentação na provisão para perdas de crédito esperadas segue demonstrada abaixo:

	31/12/2024	31/12/2023
Em 1º de janeiro	463.948	357.376
Provisão para perdas de crédito esperadas	126.061	185.237
Recuperação de perdas das contas a receber	(86.102)	(78.665)
Saldo final na respectiva data	503.907	463.948

A exposição máxima ao risco de crédito na data da apresentação das informações contábeis intermediárias é o valor contábil das contas a receber demonstrada acima.

8 Tributos a recuperar

	31/12/2024	31/12/2023
PIS e COFINS (a)	322.208	298.065
ICMS a recuperar (b)	12.511	9.760
Imposto de Renda Retido na Fonte (c)	2.453	-
	337.172	307.825
Circulante	7.028	2.837
Não circulante	330.144	304.988
	337.172	307.825

(a) Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possui em seu ativo não circulante, o montante de R\$ 321.283 (R\$ 224.556 principal e R\$ 96.727 de atualização monetária) relativos a créditos de PIS e COFINS cuja apuração se deu sem a exclusão do ICMS de sua base, no período compreendido entre a decisão de março de 2017 até a efetiva alteração da metodologia de cálculo realizada em fevereiro de 2022, o que inclui a atualização monetária pela taxa SELIC.

A Companhia compensará o valor total reconhecido no prazo mínimo de 30 meses, considerando o mencionado na Medida Provisória 1.202 de 29 de dezembro de 2023, a partir da habilitação do crédito por parte da Receita Federal via processo administrativo, cuja expectativa da administração é que ocorra em prazo superior a 12 meses.

Em contrapartida dos créditos acima comentados a Companhia reconheceu uma obrigação no passivo não circulante pelo valor integral do ativo por haver uma obrigação recíproca e equivalente da concessionária em restituir tais valores aos usuários e cuja forma dependerá ainda das decisões e respectivas aprovações por parte da Agência Reguladora bem como do período, sendo possível via reajuste tarifário, conforme proposto para o mercado de energia elétrica.

A administração da Companhia encontra-se em fase de avaliação quanto a melhor forma de se beneficiar também de eventuais créditos em relação aos valores relativos aos períodos anteriores a março de 2017, os quais não foram quantificados e tampouco registrados, considerando não haver decisão no âmbito da ação rescisória que visa revogar os efeitos do trânsito em julgado da ação proposta pela Companhia julgada improcedente.

(b) Refere-se, a saldo credor de CIAP decorrente do ativo imobilizado e patrocínios com incentivo fiscal.

(c) Refere-se à retenção na fonte sobre pagamentos.

9 Ativos e passivos fiscais diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das informações trimestrais. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente para determinação dos tributos diferidos, são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

a. Composição

	31/12/2024	31/12/2023
Obrigações de fundo de pensão	116.710	136.085
Provisão para perdas de crédito esperadas	142.466	129.352
Provisão para contingências	179.387	166.816
AVP financeiro	(412)	976
Operações com arrendamento mercantil	1.391	1.255
Juros e variação monetária GASIUS	(4.207)	(3.343)
Provisão de fornecedores	17.016	16.990
Outras	879	879
Ativo não circulante	453.230	449.010

b. Movimentação

A movimentação do imposto de renda e da contribuição social diferidos é demonstrada como segue:

	IR e CS diferidos								
	Obrigações de fundo de pensão	Provisão perdas esperadas	Provisão para contingências	AVP contrato de concessão	Operações com arrendamento mercantil	Juros e variação monetária GASIUS	Fornecedores	Outras provisões	Total
Ativo em 31 de dezembro de 2023	136.085	129.352	166.816	976	1.255	(3.343)	16.990	879	449.010
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	6.709	13.114	12.571	(1.388)	136	(864)	26	-	30.304
Creditado (debitado) no patrimônio líquido	(26.084)	-	-	-	-	-	-	-	(26.084)
Ativo em 31 de dezembro de 2024	116.710	142.466	179.387	(412)	1.391	(4.207)	17.016	879	453.230

	IR e CS diferidos								
	Obrigações de fundo de pensão	Provisão perdas esperadas	Provisão para contingências	AVP contrato de concessão	Operações com arrendamento mercantil	Juros e variação monetária GASIUS	Fornecedores	Outras provisões	Total
Ativo em 31 de dezembro de 2022	128.032	94.163	167.915	1.679	815	(3.300)	15.422	888	405.614
Creditado (debitado) na demonstração do resultado	5.733	35.189	(1.099)	(703)	124	(43)	1.568	(9)	40.760
Creditado (debitado) no patrimônio líquido	2.320	-	-	-	316	-	-	-	2.636
Ativo em 31 de dezembro de 2023	136.085	129.352	166.816	976	1.255	(3.343)	16.990	879	449.010

c. Realização

Os ativos fiscais diferidos referem-se a diferenças temporárias, sendo que eles serão aproveitados à medida que as respectivas provisões que serviram de base para a constituição do imposto ativo sejam realizadas.

A Companhia possui projeções de realizar os créditos, conforme demonstrado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
2024	-	28.163
2025	32.230	69.264
2026	72.776	58.474
2027	63.021	66.272
2028 em diante	285.203	226.837
	453.230	449.010

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais

e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e o resultado de imposto de renda e contribuição social.

Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscaís não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia.

10 Transação com partes relacionadas

A Companhia é controlada diretamente pela Naturgy Distribución Latinoamérica S/A (54,16% do capital votante), que, por sua vez é controlada pela Naturgy Energy Group S/A (99,99% do capital votante). As demais ações estão distribuídas em mercado.

Os saldos em 31 de dezembro de 2024 são demonstrados como segue:

	Ativo circulante		Passivo Circulante		Receitas		Despesas	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
A receber/pagar								
Controladora indireta:								
Naturgy Energy Group S.A. (a)	-	-	5.714	1.000	-	-	9.826	15.242
Controle Comum:								
Gás Fenosa Engineering (b)	-	-	-	-	9	35	-	-
CEG Rio S.A. (c)	2.477	485	-	-	24.860	23.777	-	-
LEAN CORPORATE SERVICES S.L. (d)	-	-	-	-	-	-	736	984
LEAN CUSTOMER SERVICES SL (e)	-	-	-	-	-	-	1.015	1.249
Gás Natural São Paulo Sul S.A. (f)	761	224	-	-	537	534	-	-
Gás Natural Serviços S.A. (g)	11	11	-	-	794	805	2	-
Gás Natural do Brasil S.A. (h)	-	3	-	-	36	37	-	-
	3.249	723	5.714	1.000	26.236	25.188	11.579	17.475
JCP e Dividendos								
Naturgy DL S.A (i)	-	-	70.714	80.321	-	-	-	-
Pluspetrol Energy (i)	-	-	2.946	3.347	-	-	-	-
Dinâmica energia (i)	-	-	12.697	14.147	-	-	-	-
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (i)	-	-	45.116	51.245	-	-	-	-
Outras partes relacionadas (i)	-	-	285	307	-	-	-	-
	-	-	131.758	149.367	-	-	-	-
	3.249	723	137.472	150.367	26.236	25.188	11.579	17.475

Os saldos referem-se substancialmente de:

(a) Prestação de serviços abrangendo os serviços de comunicações, gestão de licenças corporativas e outros, esse contrato não possui atualização monetária e prestação de serviços abrangendo os serviços de Infraestrutura, serviço de processamento e rede de segurança e atendimento/suporte ao usuário; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro).

(b) Prestação de serviços de cooperação técnica abrangendo finanças e administração, controladoria, contabilidade, consolidação, impostos, serviços financeiros, auditoria interna, planificação de ingressos, relações laborais, comunicações, compras e serviços gerais, controle de projetos e processos, informação e sistema, desenvolvimento de operações e análises de procedimentos de qualidade, desenvolvimento de procedimentos de treinamento e atualização em normas e cessão de uso de espaço.

(c) Prestação de serviços de assessoria corporativa (abrangendo os âmbitos comerciais, técnicos, planejamento, RH, jurídico, administrativo econômico-financeiro, marketing, relações externas, compras e serviços gerais), sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pela variação do IPCA; locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo INPC; e cessão de capacidade; esse contrato terá vigência até o fim da concessão sendo prorrogado automaticamente na hipótese de renovação da concessão e reajustado anualmente pela variação do IGP-M.

(d) Prestação de serviços abrangendo serviços de manutenção e desenvolvimento de sistemas que suportam as atividades do centro de serviços compartilhados econômico-financeiro, compras e processos administrativos da área de pessoas; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro).

(e) Prestação de serviços de informática abrangendo serviços de manutenção e desenvolvimento de sistemas que suportam as atividades de leitura, faturamento e cobrança e atendimento a clientes; reajustado anualmente pelo IPC espanhol e sujeito a variação cambial (Euro).

(f) Prestação de serviços abrangendo os âmbitos de gestão de RH, comercial, planejamento estratégico, procedimentos de qualidade, treinamento, atualização e cooperação técnico administrativa.

(g) Prestação de serviços abrangendo os âmbitos técnico administrativo para o desenvolvimento do escopo de serviços da GNS, sendo esse contrato assinado com cláusula de renovação automática e reajustado anualmente pelo IPCA; cessão de direito de créditos decorrentes do plano de assistência, sendo esse contrato assinado com prazo indeterminado e seu valor calculado através de percentual sobre o valor cedido; locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo IPCA.

(h) Contrato de locação de imóvel administrativo, sendo esse contrato assinado por prazo indeterminado e reajustado anualmente pelo IGP-M.

(i) Refere-se ao pagamento de dividendos sob a forma de juros sobre o capital próprio conforme Nota 18.2 (d).

Termos e condições de transações com partes relacionadas

As vendas e compras envolvendo partes relacionadas são efetuadas a preços acordados pelas partes. Os saldos em aberto no fim do período não estão atrelados a garantias, não estão sujeitos a juros de mora e são liquidados em dinheiro, estando, contudo, o inadimplemento contratual sujeito a penalidades. Não houve garantias fornecidas ou recebidas em relação a quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas.

Adicionalmente, a Companhia informa que os contratos celebrados com partes relacionadas foram objetos de estudos e análises por consultor externo, demonstrando que os preços e condições não geram desequilíbrio econômico-financeiro para qualquer das Partes contratantes.

11 Remuneração do pessoal-chave da Administração

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros, diretores e membros do Comitê de Auditoria. A remuneração paga ou a pagar, incluindo os encargos legais, está demonstrada a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Honorários de membros dos conselhos	4.324	3.296
Honorários de diretoria estatutária	5.737	7.242
Planos de aposentadoria e pensão	179	167
Outros benefícios	931	847
	11.171	11.552

12 Depósitos judiciais

	31/12/2024	31/12/2023
ICMS	5.378	5.022
Imposto de renda	9.897	9.499
Processo administrativo - SRF (a)	7.740	7.338
CIDE (b)	14.320	13.705
Penhora judicial (c)	11.554	10.992
Trabalhistas (d)	3.171	3.907
Ação cível (e)	16.209	12.908
	68.269	63.371

a) Refere-se a depósito para obtenção, junto à Secretaria da Receita Federal, de Certidão Positiva com efeito de Negativa, tendo em vista se tratar de cobrança por suposta falta de recolhimento de PIS incluído da Declaração de Débitos e Créditos Federais - DCTF. A correspondente provisão não foi registrada, pois a Administração e seus consultores jurídicos estimam que os autos são improcedentes. Foi feito um pedido de liminar em Mandado de Segurança para a suspensão da exigibilidade do tributo para obtenção da Certidão Fiscal.

b) Refere-se à Contribuição sobre Intervenção de Domínio Econômico - CIDE (Nota Explicativa nº 21.a.i).

c) Refere-se a penhoras em ações trabalhistas (R\$ 2.723) e cíveis (R\$ 8.831).

d) Refere-se a depósitos para recursos de processos trabalhistas de ex-funcionários e terceirizados. Devido à quantidade de processos não há o que destacar, já que os valores estão pulverizados.

e) Refere-se a depósitos judiciais para recurso de processos cíveis basicamente movidos por reclamações de consumidores que não apresentam individualmente relevância.

Todos os depósitos judiciais são atualizados mensalmente.

13 Intangível

	Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Servidões de passagem (b)	Software	Contrato de concessão (c)	Total em operação	Contrato de concessão em andamento	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2024	37.589	1	76.409	2.204.211	2.318.210	140.322	2.458.532
Aquisição	-	-	22.170	57.492	79.662	163.440	243.102
Transferência para intangível em operação	-	-	-	188.957	188.957	(188.957)	-
Amortização	(11.276)	-	(22.632)	(120.674)	(154.582)	-	(154.582)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	26.313	1	75.947	2.329.986	2.432.247	114.805	2.547.052
Custo total	136.735	3.628	300.491	4.152.218	4.593.072	114.805	4.707.877
Amortização acumulada	(110.422)	(3.627)	(224.544)	(1.822.232)	(2.160.825)	-	(2.160.825)
Valor residual	26.313	1	75.947	2.329.986	2.432.247	114.805	2.547.052
Taxas anuais de amortização (%)	8	5, 6, 7	20				

	Concessão para exploração de serviços públicos (a)	Servidões de passagem (b)	Software	Contrato de concessão (c)	Total em operação	Contrato de concessão em andamento	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2023	48.865	3	53.608	2.137.664	2.240.140	80.467	2.320.607
Aquisição	-	-	40.851	54.785	95.636	187.280	282.916
Transferência para intangível em operação	-	-	-	127.425	127.425	(127.425)	-
Amortização	(11.276)	(2)	(18.050)	(115.663)	(144.991)	-	(144.991)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	37.589	1	76.409	2.204.211	2.318.210	140.322	2.458.532
Custo total	136.735	3.628	278.321	3.905.769	4.324.453	140.322	4.464.775
Amortização acumulada	(99.146)	(3.627)	(201.912)	(1.701.558)	(2.006.243)	-	(2.006.243)
Valor residual	37.589	1	76.409	2.204.211	2.318.210	140.322	2.458.532
Taxas anuais de amortização (%)	8	5, 6, 7	20				

(a) Contrato para exploração de serviços públicos referente ao aditivo contratual firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 1º de dezembro de 2014, em que a Companhia passa a deter o direito de abastecer as regiões de Mangaratiba e Maricá com GNC/GNL.

(b) Servidões de passagem são custos necessários para utilização, pela Companhia, de propriedades de terceiros para passagens da rede de distribuição.

(c) Contrato de concessão é composto da seguinte forma:

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Rede de gás	Outros	Total contrato de concessão
Saldos em 1º de janeiro de 2024	1.890	19.918	990	101.105	2.038	2.201	121	2.071.730	4.218	2.204.211
Aquisição	-	-	-	53.011	-	447	-	377	3.657	57.492
Transferência para intangível em operação	-	-	-	-	-	-	-	188.957	-	188.957
Amortização	-	(1.330)	(82)	(30.257)	(831)	(771)	(104)	(84.390)	(2.909)	(120.674)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.890	18.588	908	123.859	1.207	1.877	17	2.176.674	4.966	2.329.986
Custo total	1.890	55.091	11.569	414.109	38.403	21.295	20.696	3.555.212	33.953	4.152.218
Amortização acumulada	-	(36.503)	(10.661)	(290.250)	(37.196)	(19.418)	(20.679)	(1.378.538)	(28.987)	(1.822.232)
Valor contábil atual	1.890	18.588	908	123.859	1.207	1.877	17	2.176.674	4.966	2.329.986
Taxas anuais de amortização (%)	-	4	4	5 e 10	20	10	20	3	33	

	Terrenos	Edificações e obras civis	Instalações	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática hardware	Móveis e utensílios	Veículos	Rede de gás	Outros	Total contrato de concessão
Saldos em 1º de janeiro de 2023	1.890	21.266	1.072	77.392	3.133	2.779	225	2.023.414	6.493	2.137.664
Aquisição	-	-	-	52.250	-	390	-	638	1.507	54.785
Transferência para intangível em operação	-	-	-	-	-	-	-	127.425	-	127.425
Amortização	-	(1.348)	(82)	(28.537)	(1.095)	(968)	(104)	(79.747)	(3.782)	(115.663)
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.890	19.918	990	101.105	2.038	2.201	121	2.071.730	4.218	2.204.211
Custo total	1.890	55.091	11.569	361.098	38.403	20.848	20.696	3.365.878	30.296	3.905.769
Amortização acumulada	-	(35.173)	(10.579)	(259.993)	(36.365)	(18.647)	(20.575)	(1.294.148)	(26.078)	(1.701.558)
Valor contábil atual	1.890	19.918	990	101.105	2.038	2.201	121	2.071.730	4.218	2.204.211
Taxas anuais de amortização (%)	-	4	4	5 e 10	20	10	20	3	33	

Os juros capitalizados no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram de R\$ 6.817 (R\$ 9.878 em 31 de dezembro de 2023) à taxa média de 12,54% (14,97% em 31 de dezembro de 2023).

14 Obrigações por arrendamento

A Companhia possui arrendamento com itens de terrenos, edificações e veículos. O prazo de arrendamento de terrenos é de cinco anos, edificações varia entre um (superior a um e inferior a dois) e oito anos enquanto veículos é superior a um ano e inferior a dois anos. A tabela abaixo evidencia os prazos e suas respectivas taxas:

Contratos por prazo e taxa de desconto

Prazos contratos	Taxa % a.a.
Superior a 1 ano até 8 anos	8,45 a 11,45

Os contratos de arrendamentos referem-se a arrendamentos de terrenos, edificações e veículos. Para todos os contratos de operações de arrendamento mercantil, a Companhia reconheceu ativos representando o direito de uso (imobilizado arrendado) e passivos de arrendamento. A companhia aplicou as isenções de reconhecimento previstas no CPC 06 (R2) para os contratos com prazo de doze meses ou menos e/ou com valor do ativo objeto do arrendamento não significativo (até R\$ 32 equivalente a 5 mil Euros).

Os saldos de arrendamento, em 31 de dezembro de 2024, são de R\$ 16.475 (R\$ 14.822 em 31 de dezembro de 2023) no ativo e R\$ 19.919 (R\$ 17.668 em 31 de dezembro de 2023) no passivo, respectivamente, conforme aplicação do CPC 06 (R2).

14.1 Ativo de direito de uso

As movimentações dos ativos de direito de uso são:

Ativo de direito de uso	Saldo inicial 31/12/2023	Adição	Amortizações	Saldo final 31/12/2024	Prazo médio contratual - (anos)
Terrenos	4	-	(4)	-	5,42
Edificações	14.546	587	(4.141)	10.992	3,12
Veículos	272	7.800	(2.589)	5.483	1,00
Total - ativo de direito de uso	14.822	8.387	(6.734)	16.475	

Ativo de direito de uso	Saldo inicial 1º/1/2023	Adição	Amortizações	Saldo final 31/12/2023	Prazo médio contratual - (anos)
Terrenos	15	-	(11)	4	5,42
Edificações	6.336	11.061	(2.851)	14.546	3,12
Veículos	425	1.370	(1.523)	272	1,00
Total - ativo de direito de uso	6.776	12.431	(4.385)	14.822	

A seguir é apresentado quadro indicativo do direito de PIS/COFINS a recuperar embutido na contraprestação de arrendamento/locação do contrato da sede administrativa, conforme períodos previstos para pagamento. Saldos não descontados e saldos descontados a valor presente.

	Nominal	Ajustado a valor presente
Fluxos de caixa (31 de dezembro de 2024)		
Contraprestação do arrendamento	13.349	11.955
PIS/COFINS potencial	1.235	1.106

	Nominal	Ajustado a valor presente
Fluxos de caixa (31 de dezembro de 2023)		
Contraprestação do arrendamento	17.719	15.242
PIS/COFINS potencial	1.639	1.410

14.2 Obrigações por arrendamento

As movimentações das obrigações por arrendamento são:

Passivo de arrendamento	Saldo inicial 31/12/2023	Encargos financeiros	Adição (*)	Baixa	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2024
Terrenos	6	1	-	-	(7)	-	-
Edificações	17.421	4.391	588	-	(5.141)	(1.187)	16.072
Veículos	241	888	7.800	(2.245)	(2.600)	(237)	3.847
Total - passivo de arrendamento	17.668	5.280	8.388	(2.245)	(7.748)	(1.424)	19.919

Passivo de arrendamento	Saldo inicial 1º/1/2023	Encargos financeiros	Adição	Baixa	Pagamentos principal	Pagamentos juros	Saldo final 31/12/2023
Terrenos	19	2	-	-	(14)	(1)	6
Edificações	8.720	2.306	11.061	-	(3.620)	(1.046)	17.421
Veículos	434	148	1.370	(89)	(1.570)	(52)	241
Total - passivo de arrendamento	9.173	2.456	12.431	(89)	(5.204)	(1.099)	17.668

(*) Adição referente ao reajuste do contrato da sede corporativa na Barra da Tijuca e contrato de aluguel de veículos.

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, os saldos das obrigações por arrendamento são compostos da seguinte forma:

31 de dezembro de 2024	Tipo de taxa	Taxa nominal a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos	Fixa	11,45	-	-	-
Edificações (*)	Fixa	8,45 a 11,45	5.255	10.818	16.073
Veículos	Fixa	10,75	1.969	1.877	3.846
Total - obrigação por arrendamento			7.224	12.695	19.919

31 de dezembro de 2023	Tipo de taxa	Taxa nominal a.a. (%)	Circulante	Não circulante	Total
Terrenos	Fixa	11,45	6	-	6
Edificações (*)	Fixa	8,45 a 11,45	670	16.752	17.422
Veículos	Fixa	10,75	240	-	240
Total - obrigação por arrendamento			916	16.752	17.668

(*) As taxas são definidas de acordo com o prazo de cada contrato.

Em 31 de dezembro de 2024, as parcelas relativas às obrigações por arrendamento no passivo circulante e não circulante têm os seguintes vencimentos:

	Até dezembro de 2025	Janeiro de 2026 a dezembro de 2027	Valores nominais	Valor presente
Terrenos	-	-	-	-
Edificações	5.271	9.911	15.182	16.073
Veículos	1.677	2.123	3.800	3.846
Total	6.948	12.034	18.982	19.919

O valor presente, principal e de juros em 31 de dezembro de 2024, para os contratos acima, foi estimado mês a mês, com base na taxa média incremental dos empréstimos da Companhia de 11,45% (imóveis), 8,45% a 11,45% (edificações) e 10,75% (veículos).

Em 31 de dezembro de 2024, as despesas de depreciação para os contratos acima foram de R\$ 6.734 (R\$ 4.385 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023) e as despesas de juros sobre passivos de arrendamento foram de R\$ 1.424 (R\$ 1.099 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

Os valores de arrendamentos considerados de baixo valor e/ou cujo prazo é de 12 meses ou menos foram reconhecidos como despesa de aluguel no resultado do exercício. O montante total reconhecido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 10.600 (R\$ 9.011 no exercício findo em 31 de dezembro de 2023).

15 Fornecedores

	31/12/2024	31/12/2023
De gás (a)	342.581	385.472
De serviços	115.527	113.170
De materiais e outros	840	7.097
	458.948	505.739

(a) A Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras é o único fornecedor de gás natural comprado pela Companhia, de acordo com o contrato celebrado entre as partes em 30 de outubro de 2024 com vigência até 31 de dezembro de 2034.

16 Empréstimos e financiamentos

	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e financiamentos		
Linhas de crédito	1.166.905	1.218.313
	1.166.905	1.218.313
Total do passivo		
Circulante	499.806	141.784
Não circulante	667.099	1.076.529
	1.166.905	1.218.313

Os empréstimos e financiamentos estão representados por recursos captados para garantir a estrutura de capital necessária para a consecução do objeto social da Companhia. Os referidos empréstimos não apresentam cláusulas restritivas e garantias.

A composição dos empréstimos em moeda nacional pode ser assim demonstrada:

	Indexadores	Vencimento		31/12/2024		31/12/2023	
				Curto prazo	Longo prazo	Curto prazo	Longo prazo
Banco Bradesco S.A.	CDI+1,90%	23/11/2026	(a)	289	29.893	296	29.625
	CDI+1,90%	23/11/2026	(a)	481	49.822	494	49.775
	CDI+1,90%	23/11/2026	(a)	481	49.822	772	50.000
Banco de Tokyo	CDI+1,64%	18/05/2026	(a)	12.085	150.291	14.029	151.040
	CDI+1,45%	11/04/2025	(a)	108.815	-	10.722	100.149
Banco Santander S.A.	CDI+1,89%	20/10/2026	(a)	-	39.966	(138)	35.226
	CDI+1,90%	20/10/2026	(a)	-	27.068	(91)	23.857
	CDI+0,95%	10/10/2025	(a)	61.225	-	1.564	59.952
Banco Citibank	CDI+1,75%	16/05/2024	(a)	-	-	50.538	(375)
Banco do Brasil	CDI+1,71%	07/04/2026	(a)	5.228	160.208	5.413	160.951
	CDI+1,71%	07/04/2026	(a)	3.317	100.143	3.433	100.657
ING Mizuho	CDI+1,60%	20/05/2024	(a)	3.362	30.000	32.673	-
Banco Intesa San Paolo	CDI+1,75%	04/04/2025	(a)	43.562	-	3.839	39.891
	CDI+1,90%	07/12/2026	(a)	116	29.886	142	30.000
Banco Itaú	CDI+1,78%	07/04/2025	(a)	48.969	-	5.021	44.874
	CDI+1,78%	07/04/2025	(a)	115.936	-	12.148	106.253
	CDI+1,90%	21/11/2025	(a)	45.445	-	440	44.836
	CDI+1,90%	21/11/2025	(a)	50.495	-	489	49.818
				499.806	667.099	141.784	1.076.529

(a) Os empréstimos renegociados não tiveram modificações substanciais em seus termos que resultasse no desreconhecimento da dívida. Dessa forma, a Companhia recalculou o custo amortizado dos empréstimos considerando o valor presente dos fluxos de caixa contratuais futuros estimados descontados à taxa de juros efetiva original do empréstimo, reconhecendo o montante de R\$ 3.801 (R\$ 3.311 em 31 de dezembro de 2023) referente ao ganho decorrente da modificação dos termos da dívida.

O vencimento dos empréstimos a longo prazo é o seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
2025	-	444.377
2026	667.099	632.152
	667.099	1.076.529

Mapa de movimentação dos empréstimos

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo inicial	1.218.313	1.250.329
Pagamento do principal	(50.000)	-
Juros provisionados	142.434	171.396
Juros pagos	(141.486)	(203.633)
Custos amortizados no exercício	(2.356)	221
Saldo final	1.166.905	1.218.313

17 Tributos a recolher

	31/12/2024	31/12/2023
ICMS	46.482	37.173
IRPJ e Contribuição Social a pagar	63.184	53.764
COFINS	8.613	8.141
PIS	1.859	1.102
CS/PIS/COFINS terceiros	2.409	2.109
INSS terceiros	2.347	1.686
ISS terceiros	1.208	1.184
Outros	5.837	5.804
	131.939	110.963

18 Conciliação de alíquota nominal e efetiva de imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e de contribuição social relacionadas aos exercícios abaixo estão reconciliadas às alíquotas nominais como segue:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	761.661	761.661	875.685	875.685
Despesa de imposto de renda e da contribuição social, às alíquotas nominais de 25% e 9%	(190.415)	(68.549)	(218.921)	(78.812)
Ajustes para obtenção da alíquota efetiva				
Juros sobre o capital próprio	21.381	7.697	19.121	6.883

	31/12/2024		31/12/2023	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Adições permanentes	(4.065)	(1.463)	(5.552)	(1.998)
Incentivos fiscais	508	-	532	4
Imposto de renda e contribuição social de acordo no resultado do exercício	(172.591)	(62.315)	(204.820)	(73.923)
Imposto corrente	(194.873)	(70.337)	(234.824)	(84.724)
Imposto diferido	22.282	8.022	30.004	10.801
	(172.591)	(62.315)	(204.820)	(73.923)
Alíquota efetiva	23%	8%	23%	8%

19 Patrimônio líquido

19.1 Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social de R\$644.460 está representado por 259.638 mil ações ordinárias nominativas, sem valor nominal, de propriedade dos seguintes acionistas:

	Capital (%)
Residentes no exterior:	
Naturgy Distribución Latinoamérica, S.A.	54,16%
Pluspetrol Energy Sociedad Anónima	2,26%
Residentes no país:	
BNDES Participações S.A. - BNDESPAR	34,56%
Fundo de Investimento em Ações - Dinâmica Energia	8,84%
Outros (e ações em tesouraria)	0,18%
	100,00%

O capital dos acionistas residentes no exterior está integralmente registrado no Banco Central do Brasil.

19.2 Reserva de lucros, ajuste de avaliação patrimonial e lucros acumulados

São compostos como segue:

a. Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

b. Reserva de expansão

A reserva de expansão refere-se à retenção do saldo remanescente de lucros acumulados, a fim de atender ao projeto de crescimento dos negócios estabelecido em seu plano de investimentos, conforme orçamento de capital aprovado e proposto pelos Administradores da Companhia.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2024, foi aprovada a constituição de R\$ 206.247 a título do reserva de expansão que, adicionada ao saldo anterior de R\$ 309.320, perfaz o total de R\$ 515.567.

c. Destinação dos lucros para distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com o Estatuto Social da Companhia, está assegurado um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido, ajustado nos termos da legislação societária brasileira. A Companhia tem utilizado o facultado pelo artigo 9º da Lei nº 9.249/1995, quanto aos juros sobre o capital próprio a título de remuneração aos acionistas, determinados com base na variação “pro rata” dia da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), aplicada sobre o patrimônio líquido.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 15 de dezembro de 2023, foi aprovada a proposta de pagamento de dividendos na forma juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 76.483 pagos em 25 de julho de 2024, que líquido de impostos representa R\$ 66.031.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em 29 de abril de 2024, foi aprovada a distribuição de dividendos, no montante de R\$ 314.485, sendo R\$ 83.272 referentes ao mínimo obrigatório e R\$ 231.213 complementar, pagos em 2 parcelas, a primeira no valor de R\$ 190.544 paga em 25 de julho de 2024 e a segunda no valor de R\$ 189.972 paga em 16 de dezembro de 2024.

Em Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 16 de dezembro de 2024, foi aprovada a proposta de pagamento de dividendos na forma juros sobre capital próprio, no montante de R\$ 85.526 a serem pagos em 30 de julho de 2025, que líquido de impostos representa R\$ 73.839.

O dividendo mínimo obrigatório no valor de R\$ 57.850 foi registrado de forma a atender a distribuição mínima de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido do exercício, após as deduções previstas em lei, conforme disposto no Estatuto da Companhia.

Há ainda no passivo dividendos residuais de períodos anteriores no montante de R\$ 69 em 30 de dezembro de 2024 (R\$ 64 em 31 de dezembro de 2023).

Os valores aprovados e pagos em 2024 estão demonstrados abaixo:

Distribuição de resultado de 2023	
Juros sobre o capital próprio	66.031
Dividendos mínimo obrigatório	83.272
Dividendos aprovados em AGE (abril/24)	231.213
Total distribuído – Ano base 2024	380.516

Conforme definido no Estatuto Social, a Companhia distribui aos acionistas dividendo mínimo obrigatório equivalente a 25% do lucro líquido ajustado.

Os juros sobre o capital próprio e dividendos foram calculados como segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido	526.755	596.943
Ganho NIIF 16	-	271
Base de cálculo dos dividendos	526.755	597.214
Dividendos mínimos obrigatórios 25%	131.689	149.303
Distribuição proposta		
Juros sobre o capital próprio (bruto)	85.526	76.483
IRRF sobre o JCP	(11.687)	(10.452)
Dividendos a pagar	57.850	83.272
Percentagem sobre o lucro líquido ajustado do exercício	25%	25%

d. Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é computado conforme preconizado pelo CPC 41 - Resultado por Ação, sendo o lucro líquido dividido pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023, conforme segue:

	31/12/2024	31/12/2023
Numerador		
Lucro líquido	526.755	596.943
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações em circulação	259.638	259.638
Lucro por ação básico e diluído por ações ordinárias	2,02881	2,29914

Nos exercícios observados não existiam diferenças entre o resultado por ação básico e diluído, uma vez que a Companhia não possuía nenhum instrumento dilutivo.

20 Obrigações com fundo de pensão

O fundo de pensão é administrado pelo Instituto de Seguridade Social da CEG - Gásius, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos e de personalidade jurídica própria, instituída em 1987, patrocinada pela Companhia e que tem por finalidade suplementar benefícios previdenciários aos empregados da Companhia.

	31/12/2024	31/12/2023
Nº participantes Gásius		
Ativos	9	9
Assistidos	927	950
	936	959

A Companhia é mantenedora dos seguintes planos de benefícios:

Planos de benefícios

(iv) Complementação de Aposentadoria tipo Benefício Definido (Plano BD)

Plano de benefício definido puro, em fase de extinção, instituído em 1987, o qual foi fechado a novas adesões em junho de 2004 e continua mantido apenas para os participantes assistidos e pensionistas e para alguns empregados ainda ativos, em caráter residual.

As contribuições da Companhia apresentam como se segue:

Contribuição normal

Destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. É idêntica às contribuições dos participantes e assistidos.

Contribuição especial

Destina-se à acumulação de recursos necessários à concessão dos benefícios de renda vitalícia e custeio das despesas administrativas do plano. Representa 6,3175 vezes as contribuições dos participantes e assistidos. Essa contribuição teve sua cobrança suspensa no ano 2011.

(v) Plano de aposentadoria do ano 1990

Refere-se a benefício de complementação de aposentadoria paga pela Companhia a 13 ex-empregados que no ano de 1990 aderiram ao plano especial de desligamento. A esses ex-empregados é paga uma renda mensal vitalícia, não transferível a dependentes, sendo os valores desses benefícios atualizados com a mesma periodicidade e, no mesmo percentual base, concedido aos empregados ativos por força dos acordos coletivos de trabalho.

	2024	2023
Nº participantes		
Assistidos	5	6

(vi) Prêmio aposentadoria

Contempla benefício a ser pago a alguns empregados na data em que se desligarem da Companhia por aposentadoria. Esse prêmio é garantido aos atuais admitidos antes de 31 de dezembro de 1997, e que vierem a se afastar da Companhia em decorrência de aposentadoria concedida pelo regime da previdência oficial. O valor individual do prêmio é calculado com base no salário do empregado e no tempo de serviço prestado à Empresa, sendo seu valor individual máximo equivalente a sete remunerações para empregados que, em 31 de dezembro de 1997, contavam 35 anos ou mais de serviço prestado à Companhia.

	2024	2023
Nº participantes		
Assistidos	2	2

(vii) Plano de saúde para aposentados

Os planos de assistência médica oferecidos pela Companhia são estruturados na modalidade de pré-pagamento, ou seja, a Operadora de plano de saúde cobra um prêmio mensal *per capita* para cobertura dos serviços de assistência à saúde.

Os planos de saúde são concedidos a um grupo fechado de aposentados (e seus dependentes legais) inscritos no plano até 17 de junho de 1998, anteriormente ao processo de privatização da CEG. Para os empregados admitidos até aquela data e que vierem a se desligar por motivos de aposentadoria, é oferecida a manutenção no plano pelo período de sete anos e meio, a contar da data de afastamento definitiva, sendo extensivo a seus dependentes legais.

O plano de saúde passou a ser não contributivo para empregados admitidos a partir de fevereiro de 2011, para empregados que contribuíram até essa data foi dada a opção de realizar a migração mediante assinatura de Termo de Adesão. Os titulares inscritos no plano efetuam contribuições ao plano a título de coparticipação nos eventos de pequeno risco.

	2024	2023
Nº participantes		
Ativos	125	129
Assistidos	897	895
	1.022	1.024

As contribuições da Companhia para o plano de previdência administrado pelo fundo de pensão e para custeio do plano de saúde administrado diretamente pela CEG totalizaram:

	31/12/2024	31/12/2023
Fundo de pensão (Gásius)	2.372	3.284
Assistência médica	13.876	13.578
Plano de aposentadoria do ano 1990	99	592
	16.347	17.454

A composição das obrigações registradas no balanço patrimonial é:

	31/12/2024	31/12/2023
Benefícios especiais de aposentadoria (Plano 90)	2.550	3.478
Prêmio aposentadoria	193	127
Assistência médica para aposentados	271.086	332.181
	273.829	335.786
Circulante	173.516	137.304
Não circulante	100.313	198.482
	273.829	335.786

A movimentação do passivo atuarial em conformidade com a Resolução CVM nº 110/2023 pode ser assim demonstrada:

Obrigações com benefícios definidos em 1º de janeiro de 2023	315.511
Custos dos juros	30.159
Custo do serviço corrente	749
Benefícios pagos	(18.513)
Remensurações das premissas atuariais	7.880
Obrigações com benefícios definidos em 31 de dezembro de 2023	335.786
Custos dos juros	32.988
Custo do serviço corrente	(1.855)
Benefícios pagos	(22.306)
Remensurações das premissas atuariais	(70.784)
Obrigações com benefícios definidos em 31 de dezembro de 2024	273.829

A movimentação na obrigação de benefício definido durante o exercício é demonstrada a seguir:

	Plano de benefícios GASIU5	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados
Em 1º de janeiro de 2023	-	4.385	86	311.039
Custo do serviço corrente	3	-	-	748
Juros sobre obrigações atuariais	38.008	397	7	29.883
Juros/ (rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(44.668)	-	-	-
Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativos) / passivo oneroso	6.531	-	-	-
Reconhecimento de ganhos/perdas Atuariais	3.409	(711)	34	4.088
Benefícios pagos	(3.283)	(593)	-	(13.577)
Em 31 de dezembro de 2023	-	3.478	127	332.181
Custo do serviço corrente	(2.539)	-	-	683
Juros sobre obrigações atuariais	39.098	318	6	32.668
Juros/ (rendimento) sobre o valor justo do ativo do plano	(46.078)	-	-	-
Juros sobre o (limite máximo de reconhecimento de ativos) / passivo oneroso	6.976	-	-	-
Reconhecimento de ganhos/perdas Atuariais	4.915	(1.147)	60	(80.570)
Benefícios pagos	(2.372)	(99)	-	(13.876)
Em 31 de dezembro de 2024	-	2.550	193	271.086

A movimentação do valor justo dos ativos do plano de benefícios nos períodos apresentados é a seguinte:

	Plano de benefícios GASIUS
Em 1º de janeiro de 2023	470.299
Rendimento esperado	44.668
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	(4.044)
Contribuições da patrocinadora	134
Contribuições dos participantes	3.321
Benefícios pagos	(42.653)
Em 31 de dezembro de 2023	471.725
Rendimento esperado	46.078
Ganhos (perdas) atuariais nos ativos do plano	(29.679)
Contribuições da patrocinadora	2.401
Contribuições dos participantes	2.398
Benefícios pagos	(47.582)
Em 31 de dezembro de 2024	445.341

A composição dos ativos do plano de pensão Gasius é a seguinte:

	2024	2023
Renda fixa		
Títulos públicos federais	322.241	324.984
Fundos de investimento de renda fixa	39.355	55.957
	361.596	380.941
Títulos de renda variável	54.495	65.623
Investimento imobiliário	23.093	26.937
Outros ativos	5.770	25.853
	83.358	118.413
	444.954	499.354

A conciliação dos valores do plano de pensão Gasius é a seguinte:

	2024	2023
Plano de benefícios - GASIUS		
Valor presente das obrigações atuariais	347.888	405.369
Valor justo dos ativos do plano	(445.341)	(471.725)
Superávit	(97.453)	(66.356)
Limite assunção de dívida (*)	97.453	66.356
Passivo líquido	-	-

(*) Passivo atuarial não reconhecido pois o montante é inferior à dívida de plano de pensão (“assunção de dívida”) presentemente reconhecida.

	2024	2023
Benefício especial de aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	2.550	4.385
Prêmio aposentadoria		
Valor presente das obrigações atuariais	193	86
Assistência médica a aposentados		
Valor presente das obrigações atuariais	271.086	311.039

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado e do resultado abrangente são:

	Plano de benefícios GASIUS	Benef. Esp. de aposent. (plano 90)	Prêmio aposentadoria	Assistência médica para aposentados	Total
Custo do serviço corrente	(2.539)	-	-	684	(1.855)
Juros sobre obrigações atuariais	(4)	318	6	32.668	32.988
Benefícios pagos	(2.372)	(99)	-	(13.876)	(16.347)
	(4.915)	219	6	19.476	14.786
Resultado abrangente	4.915	(1.147)	60	(80.570)	(76.742)
Imposto de Renda e contribuição social					26.092
Resultado abrangente líquido de impostos					(50.650)

As principais premissas atuarias utilizadas nos cálculos das provisões, em 31 de dezembro de 2024, são as seguintes:

Hipóteses econômicas	
Taxa de desconto	
Plano Gasius	7,70% a.a.
Plano 90	8,10% a.a.
Plano Médico	7,65% a.a.
Crescimentos salariais futuros	1,00% a.a.
Inflação	4,50%
Hipóteses demográficas	
Tábua de mortalidade	AT-2000 segregada por sexo e suavizada em 10%
Tábua de mortalidade de inválidos	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	Álvaro Vindas

21 Provisão para contingências

A provisão para contingências foi constituída com base na expectativa da Administração da Companhia e de seus consultores jurídicos para as ações judiciais de natureza cíveis, tributárias e trabalhistas, considerando as diversas instâncias em que os processos se encontram. O montante da provisão é considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas decorrentes de decisões desfavoráveis em causas judiciais.

A composição das provisões de contingências, por natureza, é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Trabalhistas	53.950	39.531
Cíveis	46.005	36.080
Regulatória	135	137
Tributárias	427.526	414.891
	527.616	490.639

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	31/12/2023	Adições	Baixas por reversão/pagamento	31/12/2024
Trabalhistas	39.531	21.427	(7.008)	53.950
Cíveis	36.080	16.615	(6.690)	46.005
Regulatória	137	-	(2)	135
Tributárias	414.891	13.810	(1.175)	427.526
	490.639	51.852	(14.875)	527.616

	31/12/2022	Adições	Baixas por reversão/pagamento	31/12/2023
Trabalhistas	38.753	7.701	(6.923)	39.531
Cíveis	54.667	28.743	(47.330)	36.080
Regulatória	1.576	63	(1.502)	137
Tributárias	398.873	18.229	(2.211)	414.891
	493.869	54.736	(57.966)	490.639

A Companhia possui R\$ 68.269 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 63.371 em 31 de dezembro de 2023) referente a valores depositados em juízo, por ordem judicial. Esses depósitos são atualizados monetariamente (Nota Explicativa nº 12).

Alguns desses depósitos não possuem provisão devido a seus autos não terem a classificação de perda provável conforme avaliação da Administração e seus consultores.

a. Contingências tributárias

A composição da provisão para contingências tributárias é a seguinte:

	31/12/2024	31/12/2023
Esfera		
Federal	426.837	413.157
Estadual	396	1.460
Municipal	293	274
	427.526	414.891

(i) Contingências tributárias com perdas prováveis

Desse montante podemos destacar os seguintes processos:

Ação Ordinária (2001.51.01.017353/0017353-50.2001-4.02-51101)

Questionamento sobre a incidência da CIDE. De acordo com a posição de nossos consultores jurídicos, apesar de existirem decisões favoráveis aos contribuintes sobre a incidência da CIDE, a maioria das decisões dos Tribunais de 2ª Instância tem sido desfavorável, dessa forma, estimamos como provável a expectativa de perda desse processo. Assim sendo, a Companhia contabilizou a provisão para perda do referido processo, cujo valor em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 14.320 (R\$ 13.705 em 31 de dezembro de 2023) e está suportado por depósitos judiciais.

Ação Ordinária (2007.51.01.025299-3)

Em setembro de 2005, a Companhia tomou ciência da decisão emitida pela Delegacia da Receita Federal de Administração Tributária do Rio de Janeiro - DERAT, que tornou sem efeito o reconhecimento do direito creditório das contribuições do PIS e da COFINS pagas em duplicidade em anos anteriores no valor nominal de R\$ 83.459. Por este motivo, a Companhia ingressou com ação anulatória de n.º 0025299-63.2007.4.02.5101, no TRF 2, visando desconstituir a decisão da União Federal que anulou o parecer decisório que permitia a compensação dos montantes de PIS e COFINS. O valor atualizado da causa, incluindo multas, atualização monetária (Selic) e compensação em duplicidade é de R\$ 525.332, em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 509.078 em 31 de dezembro de 2023). A sentença de 1ª instância condenou a Companhia a devolver o montante principal atualizado, excluindo a incidência de juros e a compensação em duplicidade, sentença esta que foi objeto de recursos de apelação tanto por parte da CEG quanto por parte da União Federal. As referidas apelações foram pautadas para julgamento em outubro de 2022 pelo TRF2, o que ocorreu parcialmente em função de pedido de vistas de uma desembargadora, contudo, o desembargador relator proferiu seu voto mantendo a sentença de 1ª instância. Tanto a Companhia, quanto à União Federal interuseram novos recursos em face do acórdão prolatado, os quais encontram-se pendentes de julgamento. Considerando o andamento processual e contexto atuais, a classificação de risco de perda da causa permanece como provável, cujo saldo da provisão em 31 de dezembro de 2024 perfaz o montante de R\$ 407.656, sendo R\$ 104.821 de principal e R\$ 302.835 de encargos e atualização monetária (R\$ 394.682, sendo R\$ 104.821 de principal e R\$ 289.861 de encargos, em 31 de dezembro de 2023).

Ação Anulatória (5031634-22.2021.4.02.5101)

Em outubro de 2013, a Companhia iniciou processo referente a homologação parcial, por parte da Receita Federal, das compensações de créditos de COFINS cujo valor total atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 28.567 (R\$ 27.456 em 31 de dezembro de 2023). Em setembro de 2023, em função da conclusão do trabalho de perícia judicial realizado, os advogados da Companhia reavaliaram o prognóstico e estimam que parte do processo no valor de R\$ 2.085 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 2.004 em dezembro de 2023) tem probabilidade de perda provável, razão pela qual foi constituída provisão contábil deste valor, a outra parte no valor de R\$ 26.482 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 25.452 em dezembro de 2023) segue com prognóstico de perda possível.

Ademais, a Companhia tem registrado o valor correspondente a honorários advocatícios de êxito em ações judiciais de R\$ 3.182 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 3.163 em 31 de dezembro de 2023). A Companhia ainda dispõe de R\$ 283 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 1.336 em 31 de dezembro de 2023) relativos a outras causas com prognóstico provável de perda. A variação relevante nas outras causas de prognóstico de perda provável refere-se a mudança de classificação de um dos processos que a compunha para perda possível.

(ii) Contingências tributárias com perdas possíveis

Há, na Companhia, outros processos de natureza Federal, Estadual e Municipal que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos em todas as instâncias. O valor dessas contingências corresponde a R\$ 68.163 em 31 de dezembro de 2024 (R\$ 64.263 em 31 de dezembro de 2023).

Desse montante, podemos destacar os seguintes processos:

Em agosto de 2018, a Companhia iniciou processo administrativo visando a homologação compensação/restituição de débitos de Imposto sobre a Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 7.897 (R\$ 7.623 em 31 de dezembro de 2023).

Em dezembro de 2019, foi iniciado pela Companhia, processo administrativo requerendo a compensação de débitos próprios mediante o aproveitamento de crédito decorrente de saldo negativo de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, relativo ao ano-calendário de 2004, exercício de 2005. Os advogados da Companhia alteraram seu prognóstico classificando o mesmo como possível a probabilidade de perda dessa ação, que em 31 de dezembro de 2024 tem o valor atualizado de R\$ 11.182 (R\$ 10.816 em 31 de dezembro de 2023).

Em agosto de 2020, a Companhia iniciou processo administrativo, com a impugnação de um auto de infração, lavrado para exigência de multa relativa aos períodos de janeiro de 2015 a outubro de 2018, em decorrência de indicação de dados incorretos em arquivos da Escrituração Fiscal – EFD. Os advogados da Companhia estimam como possível a probabilidade de perda dessa ação, razão pela qual não foi constituída provisão, cujo valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 7.214 (R\$ 6.679 em 31 de dezembro de 2023).

Em julho de 2023, a Companhia iniciou processo administrativo, objetivando a impugnação de um auto de infração lavrado, baseado na suposta divergência entre as informações enviadas na Escrituração Fiscal – EFD comparadas Fiscais Eletrônicas (NF-e) recebidas. Os consultores jurídicos da Companhia estimam probabilidade de perda dessa ação como possível, motivo pelo qual não houve constituição provisão, o valor atualizado em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 6.019 (R\$ 5.807 em 31 de dezembro de 2023).

Os demais processos classificados como possíveis atualizados em 31 de dezembro de 2024 somam R\$ 9.369 (R\$ 7.886 em 31 de dezembro de 2023).

b. Contingências trabalhistas

As contingências trabalhistas referem-se a ações movidas por ex-empregados da Companhia e a ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas por responsabilidade solidária.

A quantidade dessas ações é demonstrada da seguinte forma:

	31/12/2024	31/12/2023
Quantidade de ações movidas por		
Ex-empregados CEG	39	43
Ex-empregados terceiros	477	608
Outros (Ministério Público, INSS)	2	03
	518	654

A tabela a seguir apresenta a composição da provisão dos processos trabalhistas:

	31/12/2024	31/12/2023
Ex-empregados CEG	9.737	6.543
Ex-empregados terceiros	44.213	33.173
	53.950	39.716

As reclamações trabalhistas classificadas como risco possível por parte da Companhia totalizam em 31 de dezembro de 2024 R\$ 33.563 (R\$ 80.786 em 31 de dezembro de 2023).

A Companhia, visando à redução das contingências trabalhistas atuais e futuras, está em busca constante de melhorias, tais como:

- (i) Melhoria do processo de contratação e gestão das atividades das empresas contratadas.
- (ii) Análise dos processos mais antigos e relevantes de ex-empregados da CEG e ex-empregados de empresas terceirizadas para propor acordos, visando à redução da contingência laboral e custos com os advogados.
- (iii) Contratação de empresa para realização de auditorias nas empresas terceirizadas e acompanhamento do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias.
- (iv) Realização de reuniões com as empresas terceirizadas que ainda prestam serviço para a CEG e possuem processos trabalhistas, para propor um trabalho conjunto de redução de contingências laborais.
- (v) Retenção das cauções das empresas terceirizadas para redução das provisões.
- (vi) Implantação do sistema de gestão da documentação de empresas terceiras (SERTRAS).

c. Contingências cíveis

As contingências cíveis provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, em 31 de dezembro de 2024, essas causas totalizam R\$ 46.005 (R\$ 36.080 em 31 de dezembro de 2023). Com destaque individual do período comparativo, nos processos:

0011311-43.2024.8.19.0001 no valor de R\$ 5.899 referente a execução fiscal interposta pelo Estado do Rio de Janeiro, objetivando o recebimento do valor relativo à multa aplicada pela AGENERSA em decorrência de acidente com vítima fatal.

0075614-66.2024.8.19.0001 no valor de R\$ 5.918 referente a execução fiscal interposta pelo Estado do Rio de Janeiro, objetivando o recebimento do valor relativo à multa aplicada pela AGENERSA em decorrência de obra realizada no Condomínio IAPI da Penha.

Há, na Companhia, outros processos que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível no valor de R\$ 51.792 (R\$ 50.474 em 31 de dezembro de 2023) por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos. Com destaque para o processo 0129467-15.2009.8.19.0001, referente a discussão acerca do valor da margem aprovado na 2ª revisão tarifária, que representa, o valor de R\$ 35.617 da contingência total e o processo 0192859-26.2009.8.19.0001, referente a discussão acerca majoração de tarifas homologada pela AGENERSA na 2ª revisão tarifária, que representa, o valor de R\$ 6.937 da contingência total.

d. Contingências regulatórias

As contingências regulatórias provisionadas referem-se a ações movidas por terceiros contra a Companhia, em 31 de dezembro de 2024; essas causas totalizam R\$ 135 (R\$ 136 em 31 de dezembro de 2023).

Há, na Companhia, outros processos que não estão provisionados por estarem classificados como perda possível no valor de R\$ 47 (R\$ 4.529 em 31 de dezembro de 2023) por nossos consultores jurídicos, que acompanham o andamento dos processos. Não há destaque para o período comparativo, pois individualmente os processos não apresentam valores relevantes.

22 Informações por segmento

A Companhia atua, somente, no segmento de distribuição de Gás no Estado do Rio de Janeiro e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Desta maneira, a Administração acredita que sua demonstração de resultados, e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

A Administração analisa o desempenho da Companhia considerando as características do seu mercado consumidor e, dessa forma, subdivide o resultado de suas operações nos seguintes segmentos: mercado residencial (986.613 clientes pessoas físicas que possuem em seus domicílios equipamentos a gás natural como aquecedores e fogões), comercial (12.593 pequenos e médios estabelecimentos comerciais como restaurantes, bares, *shopping centers* e hotéis), industrial (229 indústrias de diversos setores como químico, fundição e siderurgia, vidros, bebidas entre outros), termoeletrico (4 usinas de geração de energia movidas a gás natural) e automotivo (576 postos de combustível de gás natural veicular GNV), todos localizados na área de concessão da Companhia, que compreende a região metropolitana do estado do Rio de Janeiro. Vale destacar que em nenhum de seus segmentos a Companhia possui um determinado cliente que individualmente represente 10% (dez por cento) de sua receita total, não havendo dependência com relação a um único cliente.

A composição da margem por segmento pode ser assim demonstrada:

Margem por segmento 2024

Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Automotivo	Construção	Outras Receitas	Total
Volumes m ³ mil (Números não auditados)	111.108	53.517	356.331	759.101	-	1.055.067	2.335.124
Receita Bruta	1.427.785	433.816	1.409.627	2.747.479	176.403	231.269	6.426.379
Deduções	(286.061)	(88.206)	(279.437)	(564.276)	-	(46.329)	(1.264.309)
Receita Líquida	1.141.724	345.610	1.130.190	2.183.203	176.403	184.940	5.162.070
Custo	(388.831)	(162.268)	(987.915)	(2.016.685)	(176.403)	(11.211)	(3.743.313)
Resultado Bruto	752.893	183.342	142.275	166.518	-	173.729	1.418.757
Despesas/Receitas operacionais							(657.096)
Resultado antes da tributação							761.661
Provisão p/IR e Contribuição social							(234.906)
Lucro do Exercício							526.755

(*) As outras receitas têm a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de serviços	196.691	190.714
Receitas de serviços taxados	34.362	7.938
Receita de aluguéis	215	277
	231.268	198.929

A Administração não efetua a gestão dos ativos e passivos da Companhia por segmento, motivo pelo qual não é apresentada a composição dessas informações.

Margem por segmento 2023

Segmentos	Residencial	Comercial	Industrial	Automotivo	Construção	Outras Receitas	Total
Volumes m ³ mil (Números não auditados)	113.212	57.894	403.900	882.974	-	796.481	2.254.461
Receita Bruta	1.479.013	458.251	1.537.279	2.943.927	195.264	198.929	6.812.663
Deduções	(295.436)	(93.273)	(302.184)	(489.811)	-	(29.753)	(1.210.457)
Receita Líquida	1.183.577	364.978	1.235.095	2.454.116	195.264	169.176	5.602.206
Custo	(382.516)	(168.886)	(1.071.899)	(2.174.483)	(195.264)	(12.601)	(4.005.649)
Resultado Bruto	801.061	196.092	163.196	279.633	-	156.575	1.596.557
Despesas/Receitas operacionais							(720.872)
Resultado antes da tributação							875.685
Provisão p/IR e Contribuição social							(278.742)
Lucro do exercício							596.943

23 Receita líquida

A reconciliação das vendas brutas para a receita líquida é como segue:

Demonstração da receita líquida

	31/12/2024	31/12/2023
Venda de gás (a)	6.018.708	6.418.470
Contratos de construção	176.403	195.264
Outras receitas (b)	231.268	198.929
Total receita bruta	6.426.379	6.812.663
(-) ICMS	(722.924)	(751.782)
(-) ISS	(5.547)	(6.088)
(-) PIS	(90.825)	(75.926)
(-) COFINS	(420.142)	(349.721)
(-) Taxa de regulação	(24.871)	(26.940)
Total de deduções	(1.264.309)	(1.210.457)
Receita líquida	5.162.070	5.602.206

(a) A variação é decorrente do reajuste do custo do gás com base no IGP-M.

(b) É constituído principalmente pela receita de ATR (Acesso de Terceiros à Rede), em que o cliente remunera a passagem do gás pela rede, pois a aquisição do gás é negociada com a Petrobras. Ademais, a variação comparativa se refere a inclusão de novos clientes ao mercado livre (Gerdau e Ternium).

24 Custo do serviço

	2024	2023
Compra de gás e de serviços	(3.416.163)	(3.662.815)
Custo dos contratos de construção	(176.403)	(195.274)
Custo de pessoal	(24.743)	(27.916)
Custo de amortização do intangível	(126.004)	(119.644)
	(3.743.313)	(4.005.649)

25 Compromissos

25.1 Fornecedor de gás

Em 31 de outubro de 2023, foram celebrados 4 contratos de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, com redução de Quantidade Diária Contratual para 4.300.000m³/dia (01/12/2023 a 31/12/2028) e para 2.924.000 m³/dia (01/01/2029 a 31/12/2034). Nos referidos Contratos, a Ceg se compromete, a partir de 01/12/2023:

- A retirar da Petrobras na média diária do referido mês, o correspondente a 90% da QDC - compromisso Retirada Mínima Mensal (RMM);
- A contratar a capacidade de transporte mensal correspondente a 100% da QDC.

No primeiro semestre de 2024 foram celebrados os seguintes aditamentos ao contrato de suprimento:

- O Aditivo N° 1, instituiu novo preço que se aplicará nos anos de 2024 e 2025 aos contratos NMG 2023-2034, NMG 2024-2032, NMG 2024-2030 e NMG 2024-2028, sendo este de 11% do Brent para o volume que superar 60% da QDC. Como contrapartida, a Distribuidora celebrou a contratação de volume adicional de 315 mil m³/dia de 2029 até 2034 em contrapartida à implementação do novo mecanismo de preço implementado;
- O Aditivo N° 2, instituiu a redução das Quantidades Diárias Contratuais (QDC) em decorrência da migração de consumidor cativo para o mercado livre de gás natural nos volumes totais de 100 mil m³/dia em 16/06/2024 e 178 mil m³/dia em 01/10/2024, cumprindo os termos do contrato.
- O Aditivo N° 3, celebrado em 17 de dezembro de 2024, aos contratos de fornecimento de gás natural com a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, onde acordou-se um novo preço para a molécula de gás natural (10%), que será aplicado entre o consumo de 90% e 115% da QDC, no período entre 01/01/2025 até 31/12/2026.

Em 2024, a Companhia reconheceu o montante de R\$ 58.216 referentes ao volume de 29.314.890 m³ de gás pagos e não retirados, decorrentes do compromisso de Retirada Mínima Mensal (RMM) no período de janeiro a novembro de

2024 dos contratos firmados. Deste montante, foram recuperados R\$ 5.415, referentes ao volume de 2.540.940 m³. Assim sendo, o saldo em 31 de dezembro de 2024, é de R\$ 52.801 a ser recuperado nos próximos 12 meses.

A recuperação poderá ser realizada de forma mensal durante a vigência de cada contrato e, após o término do contrato, diariamente durante o período de até 120 dias, considerando ainda os eventuais critérios e prorrogações contratuais.

25.2 Revisão tarifária (RTI)

4ª Revisão Tarifária

No 2º semestre de 2017, a Companhia enviou à Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA a proposta de revisão tarifária (4ª Revisão Quinquenal Tarifária), conforme determina a cláusula sétima do contrato de concessão firmado entre a Companhia e o Estado do Rio de Janeiro em 21 de julho de 1997. Posteriormente, em 28/09/18 e em 19/11/18, foram enviados Relatórios Complementares da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas, visando adequar ao cenário mais atual e ainda atender à solicitação do Poder Concedente.

Em 10 de março de 2021, a Agência Reguladora de Energia e Saneamento Básico do Estado do Rio de Janeiro – AGENERSA realizou sessão regulatória pública, de forma *on-line*, para julgamento do processo referente à 4ª revisão quinquenal tarifária (quinquênio 2018-2022).

Em 24/03/21 foi publicada a Deliberação AGENERSA nº 4.198/2021 com os resultados da 4ª Revisão Quinquenal de Tarifas da CEG. A referida Deliberação imputou à Companhia uma redução de 13,5% em sua margem tarifária com vigência a partir de 01 de abril de 2021. Posteriormente, em 29/03/21, a AGENERSA publicou a suspensão dos efeitos e prazos da referida Deliberação e em 14/06/21, a AGENERSA publicou sua decisão por manter os efeitos suspensos da referida Deliberação, reestabelecendo os prazos processuais, permitindo a interposição dos Embargos Declaratórios.

Em 12/04/22 foi publicada a Deliberação AGENERSA nº 4.407, a qual nega provimento aos Embargos de Declaração interpostos pela Concessionária, tendo a Concessionária interposto Recurso Administrativo em 25/04/2022 e desta forma os efeitos da Deliberação AGENERSA nº 4.198/2021 foram suspensos.

Havia também ação judicial anulatória interposta pela Companhia contra a AGENERSA que visava anular Deliberações da Agência que davam interpretações equivocadas ao Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, cuja aplicação teria impactos diretos na definição da 4ª revisão tarifária. Nesse sentido, a Companhia deu início a uma proposta de mediação do tema junto a AGENERSA e a Procuradoria Geral do Estado do Rio de Janeiro.

Como resultado do processo de mediação, as partes chegaram a um acordo, com concessões mútuas e recíprocas, onde se definiu a aplicação do Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Concessão, inclusive, com a definição de que a outorga paga seria considerada como ativo indenizável, cuja metodologia de pagamento será definida até o último ano da 5ª revisão tarifária.

Como consequência, em 14.11.2024, a AGENERSA julgou o recurso administrativo interposto pela Companhia, encerrando a 4ª revisão tarifária sem alteração tarifária, tendo em vista que o ciclo se encerrou em 2022 e remetendo o saldo apurado na Deliberação da AGENERSA, de R\$297.000 (apurado em dez/21), para consideração no fluxo econômico-financeiro da 5ª revisão tarifária.

Em 13.12.2024 o acordo foi assinado pela Companhia e pelo Poder Concedente, tendo sido homologado na ação anulatória supracitada em 09.01.2025.

Tendo em vista o acordo firmado permitindo que a Companhia recupere o valor supra citado, devidamente adicionado ao fluxo de caixa que será definido na 5ª revisão tarifária, com base nas entregas futuras de gás para os seus clientes, o mesmo não se qualifica na definição de um ativo intangível e como não há o direito contratual de receber dinheiro ou outros ativos financeiros em 31 de dezembro de 2024, o direito legal de adicionar o referido montante no fluxo de caixa revisional no futuro não foi suficiente para satisfazer a definição de um ativo, não tendo sido reconhecido.

Considerações sobre a 5ª RTI

Em 30/09/2022, como parte do processo de 5ª Revisão Quinquenal de Tarifas (2023-2027), e em conformidade com o Ofício AGENERSA/SCEEXEC SEI Nº698/2022, a Concessionária entregou a Proposta de Taxa de Remuneração de Capital, bem como a Base Inicial de Remuneração de Ativos.

Em 27/09/2022, através do Ofício AGENERSA/SCEEXEC Nº1002, fica estabelecido que a entrega do Plano de Negócios de 5ª Revisão Quinquenal de Tarifas (2023-2027), pela Concessionária, deverá ser realizado após Deliberação do Regulador sobre Taxa de Remuneração.

26 Despesas de vendas, gerais e administrativas

	2024	2023
Despesa de pessoal (a)	(70.728)	(73.096)
Serviços profissionais e contratados (b)	(123.562)	(115.131)
Amortização do intangível	(35.311)	(29.733)
Serviços e outros gastos	(62.113)	(55.401)
Provisões (reversões) líquidas contingências	(11.848)	8.498
Serviços de manutenção	(56.941)	(53.572)
Utilidades, materiais e serviços	(20.147)	(21.367)
Despesa de atividades comerciais (c)	(2.586)	(2.428)
Entidade de previdência privada	1.855	(749)
Perda (recuperação) de crédito (c)	(50.521)	(71.613)
Provisão para perdas de crédito esperada (c)	(39.960)	(106.572)
	(471.862)	(521.164)

(a) Inclui principalmente despesas com pessoal administrativo.

(b) O saldo contido na referida conta refere-se substancialmente aos serviços operacionais como cobrança, teleatendimento, entrega de fatura e leitura de medidores, comercialização e atendimento ao cliente. Adicionalmente, existem outros serviços corporativos, como serviços e licenças vinculados à tecnologia da informação e segurança.

(c) Composição das despesas com vendas da DRE. A variação apresentada refere-se, substancialmente, a menor constituição da PCE (perdas de crédito estimadas) reconhecida neste exercício.

27 Outras receitas e despesas, líquidas

	2024	2023
Impostos e taxas (a)	(32.113)	(29.804)
Indenização a terceiros	(14.334)	(11.813)
Recuperação/despesa com impostos	(327)	(137)
Penalidade por desvio de programação	4.566	6.170
Outras receitas operacionais	59	2.859
Outras despesas operacionais	(3.905)	(5.316)
	(46.054)	(38.041)

(a) Com a finalidade de manutenção do equilíbrio das finanças públicas, o Governo do Estado do Rio de Janeiro instituiu o Fundo Orçamentário Temporário (FOT). A referida legislação foi regulamentada e publicada no Diário Oficial do Estado em dezembro de 2019.

28 Resultado financeiro

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendas sobre aplicações financeiras	42.027	41.827
Receita de juros e encargos	23.582	11.694
Atualizações monetárias	23.850	33.393
AVP – Juros de empréstimos	(1.445)	(2.105)
Outras receitas financeiras	9.281	4.151
	97.295	88.960
Despesas financeiras		
Juros de empréstimo	(142.434)	(171.396)
IOF	(27)	(971)
Atualizações monetárias contingências	(28.368)	(40.006)
Atualizações monetárias	(57.421)	(35.486)
Fiança bancária	(15.228)	(13.981)
Capitalização de juros de empréstimos	6.817	9.878
AVP – Juros de empréstimos	3.801	2.742
Outras despesas financeiras	(3.615)	(1.407)
	(236.475)	(250.627)
	(139.180)	(161.667)

29 Seguros

A Companhia possui um programa de gerenciamento de riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Em milhares		
Ramos	Vigência das apólices	Importâncias seguradas
Risco operacional	29/10/2024 a 29/10/2025	643.750
Responsabilidade civil geral	29/10/2024 a 29/10/2025	772.500
Responsabilidade civil - administradores - diretores e dirigentes	29/10/2024 a 29/10/2025	100.000

Informe anual
2024

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras e Parecer do Conselho Fiscal

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG *Rio de Janeiro - RJ*

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG (Companhia) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro S.A. - CEG em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisão para contingências

Veja as Notas 2.13, 3(c) e 21 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia é parte passiva em processos judiciais e administrativos, de natureza tributária, regulatória, trabalhista e cível, decorrentes do curso normal de suas operações. Os processos de natureza tributária são relativos a multas aplicadas pelas autoridades fiscais competentes sobre potenciais não cumprimentos da legislação em vigor.</p> <p>O julgamento sobre a determinação do risco de perda como perda provável e a estimativa da saída de recursos para liquidar as obrigações é feito pela administração da Companhia com o apoio de seus assessores jurídicos internos e externos.</p> <p>Consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria devido ao grau de julgamento inerente à determinação das estimativas relacionadas com os valores envolvidos, assim como quanto à probabilidade de saída de recursos, oriundos das ações tributárias consideradas mais significativas.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) Obtenção de confirmações, recebidas diretamente dos especialistas jurídicos externos, que incluem avaliações sobre as probabilidades de perda e as estimativas de valores envolvidos. Comparamos essas avaliações e estimativas àquelas usadas pela Companhia. (b) Avaliação da capacidade da Companhia na preparação dessas estimativas comparando uma amostra de valores pagos na resolução de causas no exercício com as provisões previamente reconhecidas; e (c) Avaliação se as divulgações das demonstrações financeiras consideram as informações relevantes. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos aceitável o nível de provisionamento para as causas acima referidas, assim como as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Mensuração do passivo atuarial

Veja as Notas 2.15, 3(d) e 20 das demonstrações financeiras

Principal assunto de auditoria	Como auditoria endereçou esse assunto
<p>A Companhia possui planos de benefício pós-emprego concedidos a empregados e ex-empregados relativos a assistência médica e a plano de pensão. Os saldos decorrentes de sua mensuração são relevantes no contexto das demonstrações financeiras e envolvem a necessidade de considerar premissas para determinação dos valores.</p> <p>O passivo de benefício definido é estimado com base em premissas atuariais, tais como taxa de retorno esperada sobre os ativos do plano de pensão, crescimentos salariais futuros e taxas de mortalidade.</p> <p>Devido às incertezas relacionadas com as premissas utilizadas para estimar o passivo de benefício definido que podem resultar em um ajuste material nos saldos contábeis das demonstrações financeiras, consideramos esse tema como um principal assunto de auditoria.</p>	<p>Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram a:</p> <ul style="list-style-type: none"> (a) Avaliação, com base amostral, dos dados dos participantes utilizados na avaliação atuarial da Companhia; (b) Obtenção, com o auxílio dos nossos especialistas atuariais e com o objetivo de mitigar as incertezas mencionadas, do entendimento em relação às principais premissas aplicadas pela Companhia, obtidas com base em trabalho realizado por empresa especializada contratada pela Companhia. Essas premissas são por nós comparadas com aquelas usualmente praticadas no mercado e aplicadas no cálculo das obrigações; (c) Recálculo, com o auxílio dos nossos especialistas atuariais, dos cálculos das obrigações de benefícios a empregados realizados por empresa especializada em avaliação atuarial, contratada pela Companhia; e (d) Avaliação se as divulgações nas demonstrações financeiras da Companhia consideram as informações relevantes relacionadas ao passivo de benefício definido. <p>Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que são aceitáveis o valor de benefício a empregados e as divulgações correlatas no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.</p>

Outros assuntos – Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e está consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 17 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Bernardo Moreira Peixoto Neto
Contador CRC RJ-064887/O-8

Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Distribuidora de Gás do Rio de Janeiro – CEG, no uso de suas atribuições legais e estatutárias, reunidos nesta data, examinaram o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e respectivas Notas Explicativas relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024. Com base nos exames efetuados, nas informações e esclarecimentos prestados pela Administração da Companhia no decorrer do exercício e, considerando, ainda, o relatório dos auditores independentes, emitido sem ênfases e ressalvas, com data de 17/02/2025, o Conselho Fiscal, por unanimidade, é de opinião que os referidos documentos e propostas encontram-se em condições de serem deliberados pela Assembleia Geral dos Acionistas.

Rio de Janeiro (RJ), 17 de fevereiro de 2025.

Felipe Kfuri Moreira da Silva

Renato Achutti

Luiz Cláudio Costa

Sede

Avenida das Americas 4200, Barra da Tijuca - Rio de Janeiro

www.naturgy.com

Edição

Diretoria de Comunicação

Diagramação

f/damatta design

Naturgy 

www.naturgy.com